

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E
OUTRAS LEGITIMIDADES**

JULIANA SOUZA PEREIRA

**Almirante Delamare e Oscar Freire:
raça, direito e desigualdade em perspectiva na produção social da
cidade de São Paulo.**

Versão Corrigida

**SÃO PAULO
2023**

JULIANA SOUZA PEREIRA

Almirante Delamare e Oscar Freire: raça, direito e desigualdade em perspectiva na produção social da cidade de São Paulo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Departamento Diversitas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Zuquim.

São Paulo
2023

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Anuência do (a) orientador (a)


Nome do (a) aluno (a): Juliana Souza Pereira

Data da defesa: 6/4/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria de Lourdes Zuquim

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/6/2023.



(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436a Pereira, Juliana Souza
Almirante Delamare e Oscar Freire: raça, direito e desigualdade em perspectiva na produção social da cidade de São Paulo. / Juliana Souza Pereira; orientadora Maria de Lourdes Zuquim - São Paulo, 2023.
137 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Desigualdade. 2. Direito à cidade. 3. Raça. 4. São Paulo. 5. Território. I. Zuquim, Maria de Lourdes, orient. II. Título.

PEREIRA. Juliana Souza. **Almirante Delamare e Oscar Freire**: raça, direito e desigualdade em perspectiva na produção social da cidade de São Paulo. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof^a.Dra. Maria de Lourdes Zuquim/USP (Orientadora)

Prof^a. Dra. Silvana de Souza Nascimento/USP

Prof^o. Dr.Francisco de Assis Comarú/UFABC

Prof^a.Dra. Paula Freire Santoro/USP

Prof^a.Dra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente/USP (Suplente)

Prof^a.Dra. Daniela Campos Libório/PUC-SP (Suplente)

Prof^a.Dra. Raquel Rolnik /USP (Suplente)

São Paulo

2023

Dedicatória

A todas aquelas impedidas de enunciar e ser em primeira pessoa.

A todas aquelas que abriram caminhos.

Outro tempo há de devir: Negros. Indígenas. Afro Diaspóricos.

À Tercília Conceição, minha mãe, minha bússola, meu porto e minha maior inspiração.

À minha dinastia de trabalhadoras domésticas, minhas maiores professoras: Maria de Lourdes, Onesia Marta e Joana Conceição.

À minha projeção e esperança de futuro, minhas afilhadas, Gabriela Souza e Nicoli Souza. .

À insurgência de amar negro, Jálisson Mendes.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo às mulheres da minha vida, minha dinastia de trabalhadoras domésticas, minhas maiores professoras, Tercília Conceição, Maria de Lourdes, Onesia Marta, Joana Conceição, por toda doação vital para que chegássemos até aqui.

Sou grata a quem não desistiu e não largou minha mão, minha querida orientadora, Professora Doutora Maria de Lourdes Zuquim, pelo acolhimento, compreensão, incentivo e apoio na construção desse trabalho. És a síntese do Levante Antirracista que a academia brasileira precisa ver e ser.

Agradeço a Jálisson Mendes, que foi companheiro em muitas das discussões e incursões que travamos neste trabalho.

Agradeço ao Programa de Mestrado Diversitas e a todas as pessoas que tornam matéria por construírem verdadeiramente um espaço de quilombamento em que perspectivas, narrativas e trajetórias historicamente escanteadas são possíveis protagonistas. A Teresa Telles e a professora Doutora Silvana Nascimento, meu especial carinho, admiração e gratidão.

Agradeço e ofereço também esse registro a brava Comunidade do Jardim Pantanal, zona Leste de São Paulo.

"Escrevo a miséria e a vida infausto dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade".

Carolina Maria de Jesus

PEREIRA. Juliana Souza. Almirante Delamare e Oscar Freire: raça, direito e desigualdade em perspectiva na produção social da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado tem por objetivo analisar a desigualdade na produção social da cidade de São Paulo, tendo como enfoque orientador as temáticas de raça e renda, ancorando o olhar nos processos de formação socioespacial da Avenida Almirante Delamare e adjacências, números 640 a 100, localizada em Heliópolis - a maior favela de São Paulo e da Rua Oscar Freire, em seu trecho comercial, nº. 1262 a 29, localizada nos Jardins - área de alta renda em São Paulo. Posto isso, compreende-se que os desdobramentos dessa produção desigual do espaço urbano conferem aos seus moradores, trabalhadores e transeuntes, diferentes oportunidades e direitos, que afetam sobremaneira as possibilidades e acessos educacionais, formativos, de saúde, de renda, de segurança, de moradia, por fim, de qualidade de vida. Refletirmos também sobre a efetividade dos mecanismos de equidade racial na promoção dos direitos fundamentais, analisando as experiências concretas identificadas nos territórios em questão. Assim, de modo a enegrecer e racializar os estudos sobre o direito à cidade, haja vista a carência de produção com tal enfoque, nos propomos a analisar o fenômeno, buscando contribuir com caminhos que mobilizem e desloquem a construção do um devir afro-indígena para a centralidade.

Palavras-chave: Desigualdade. Direito à cidade. Raça. São Paulo. Território.

ABSTRACT

The present master's research aims to analyze the inequality in the social production of the city of São Paulo, having as a oriented approach the themes of race and income, anchoring the gaze in the processes of socio-spatial formation of Avenida Almirante Delamare and adjacent areas, numbers 640 to 100, located in Heliópolis - the largest favela in São Paulo and Oscar Freire Street, in its commercial section, nº. 1262 to 29, located in Jardins - a high-income area in São Paulo. That said, it is understood that the compliments of this unequal production of urban space give its residents, workers and passers-by, different opportunities and rights, which were above all educational, training, health, income, security, possibilities and access. housing, and finally, quality of life. We also reflect on the future of racial equity controls in the promotion of fundamental rights, analyzing the concrete experiences identified in the territories in question. Thus, in order to blacken and racialize studies on the right to the city, given the lack of production with such an approach, we propose to analyze the phenomenon, seeking to contribute with paths that mobilize and shift the construction of an Afro-indigenous becoming to the centrality.

Keywords: *Inequality. Race. Right to the city. São Paulo. Territory.*

SUMÁRIO

1. Prólogo	9
2. Introdução	11
2.1. Corpo e território: não lugar, morada da vergonha	13
2.2. Pretos e pardos confinados	15
2.3. Andanças pela centralidade	15
2.4. Nesta dinastia de domésticas, o “patrão” mora ao lado	16
3. SUJEITA-OBJETO: a pesquisa	20
3.1. Problema de pesquisa	21
3.2. Objetivo Geral	21
3.3. Objetivos específicos	21
3.4. Revisão Bibliográfica	21
4. Lugar de negro: raça, direito e desigualdade em perspectiva	23
5. Fincando o Pé - Território: histórico, entornos e contornos	33
5.1. Heliópolis	34
5.2. Jardins	43
5.3. Tinha uma pedra (ocupação) no meio do caminho	51
6. Escrevivências do Côncavo Convexo: O EU, que é nós, no espelho e neste chão	54
7. Nuances conclusivas e perspectivas	66
8. Referências bibliográficas	71
9. Referências Artísticas	79
10. Anexos	80

1. Prólogo

Dissonante, dores e sabores de inaugurar.

Inaugurar preto tem sensações e desdobramentos muito peculiares. Isto é, a conciliação de interesses entre as motrizes políticas, sociais e subjetivas que me trouxeram a este programa de pós-graduação, com as necessidades existenciais de toda uma família que vê e conta comigo na promoção de alguma dignidade, pois, furtada pelo Estado, pela história e pelos processos de desigualdades estruturais - que rebatem nas razões dessa pesquisa -, é atravessada por uma questão que me fez, por vezes, optar, quase que compulsoriamente, por uma dinâmica que elegeisse como prioridade a segunda, tendo muito *escuro* que sustentam a primeira.

Capítulo inacabado de minha trajetória que segue se qualificando pelo olhar, pelo encontro e pela troca. Chegar à conclusão desta pesquisa, frente aos muitos processos que me tomaram, desde o ingresso nesta jornada em 2019, foi desafiador. Ser multifacetada, nem sempre por opção, mas por não poder tergiversar, dada a exclusividade das oportunidades que experimentam figuras forjadas na luta e na dor de ser gente preta no Brasil.

Estas reflexões são processo simbólico e material de reintegração de posses epistemológica e crítica ao povo negro brasileiro.

Os caminhos abertos pela educação emancipatória me levaram pelos trilhos do trem do extremo da periferia de Itapevi, cidade da Grande São Paulo, à Capital paulista e aos arranha-céus, no centro financeiro e econômico do país. Vila Olímpia, Faria Lima, Avenida Paulista e Jardins. Regiões as quais conheci apenas após a maioridade, as quais se destacavam pela imponência dos prédios que, embora espelhados, não me via refletida, no individual e no coletivo, uma aura muito diferente se fazia presente.

Outra estética, outros corpos, outros símbolos. Não estava dito, mas era concreto, esse outro lado da linha do trem, o outro lado da ponte, tinha outra cor.

Percepção que se intensificou quando comecei a caminhar pela literatura urbanística e compreender, no contato diário com a comunidade

do Jardim Pantanal, que direitos e oportunidades eram realidades e significantes distintos nestes dois territórios da mesma São Paulo.

Ascensão e solidão, noções da minha realidade individual e coletiva, sendo um corpo preto no mundo do Direito. A proporcionalidade entre a imersão do subterrâneo da existência e a inexistência de pares pretos só aumentava, junto com o incômodo em ver e sentir a referida exclusividade.

Inquietações que me trouxeram a esta pesquisa, a fim de buscar respostas mais profundas para essa complexidade étnico-socioterritorial.

Dois territórios nacionalmente conhecidos por razões muito diferentes despertaram o meu olhar: a Favela e o Centro, para alguns o lixo e o luxo, Almirante Delamare e Oscar Freire, Heliópolis e Jardins.

Onde e como a gente se encontra? Qual é a resultante? Desigualdade? Quais os caminhos e as possibilidades? Perguntas que orientaram este percurso e desembocam nessa dissertação.

2. Introdução

Neste trabalho apresentamos uma análise sobre as relações entre raça, renda, corpo e território, tendo como ponto focal a Avenida Almirante Delamare, situada em Heliópolis e a Rua Oscar Freire, a fim de discutir sobre essa perspectiva o Direito à Cidade e a desigualdade.

O interesse pela temática da pesquisa surge de minha experiência pessoal e profissional. A segunda começa a se tornar concreta com a comunidade no Jardim Pantanal, formada há mais de 30 anos na Zona Leste de São Paulo, em que no ano de 2018, quando em contato direto com as disputas e questões históricas que acometiam o território, como enchentes, despejos, negativa do reconhecimento da posse e da propriedade para famílias que há décadas viviam no local, entre outros, fomos buscar alternativas na construção de um plano de bairro, a ser formulado em conjunto entre poder público e comunidade local. Nova empreitada diante das anteriores tentativas malsucedidas.

Ocasão em que, como advogada da organização social que articula o processo de interlocução entre os atores, fui apresentada à teórica-dogmática dos direitos difusos, bem como ao direito à cidade. No território, despertou-me a atenção o fato do direito ambiental parecer prevalecer sobre o direito à moradia. Ambos os direitos fundamentais, previstos em nossa constituição de 1988.

Trabalho que durou um ano e foi permeado de trocas intensas e relatos que soavam muito familiares, embora eu fosse forjada em um território periférico de outra extremidade da cidade. Lembro-me com nitidez da participação em uma audiência pública como ouvinte, em que os moradores relataram às autoridades municipais graves violações de direitos fundamentais, como a moradia digna. Destaco o relato de um morador da comunidade, pessoa usuária de cadeira de rodas, que contava como na última enchente a água, que se acumulou pela rua, tomou também sua casa, tendo ele quase morrido afogado, não fosse o auxílio dos vizinhos.

Outra moradora dizia ainda que todo verão era a mesma dificuldade: passar de dois a três meses com sua morada submersa na comunidade, que voltava a ser pântano, com a água de 2 a 3 metros do solo. E a indiferente resposta da autoridade ali presente: “O querem quer que eu faça?”.

Não foram poucas as vezes que eu voltava aos prantos e irresignada, por conhecer na carne e na pele aquela dor, nas lições de Vilma Piedade, dororidade (PIEIDADE, 2019). Do mesmo modo, me encantava a resiliência daquela comunidade liderada por um homem negro, Sr. Reginaldo, então presidente da AMOJAP, Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal.

No início de 2019, fui convidada à missão de compor a assessoria jurídica da primeira deputada negra e trans do mundo, Erica Malunguinho, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, oportunidade que me impossibilitou continuar bebendo nas fontes dos ensinamentos da comunidade pantaneira, mas abriu frentes de compreensão dessa dinâmica social, a partir de outro prisma.

Quando na ALESP, as reflexões e ações sobre raça, território e desigualdade seguiram presentes diariamente, pois, além de cuidar das demandas internas do gabinete parlamentar, fiquei também responsável pelo encaminhamento das demandas jurídicas que chegavam da sociedade civil, muitas das quais fugiam da competência parlamentar.

Essas que não poderiam ficar sem resposta, dada a escassez de espaços de aquilombamento, respeito, escuta e orientação técnica para as pessoas dissonantes, que buscavam por direitos e reconhecimento de sua existência pelo Estado. Eram negras, LGBTQs, PCDs, pessoas egressas do sistema prisional, indígenas, quilombolas, pessoas em situação de rua e tantas outras maiorias, historicamente silenciadas. Despejos, abusos, violações, indignância, ausência de políticas, de projetos e de programas que lhes conferisse de modo cotidiano e definitivo humanidade. 94 mandatos parlamentares, apenas 4 deles exercido por pessoas negras.

Assim, buscando investigar de modo mais detalhado a referida questão, apresentei a esse Programa de Pós-Graduação o projeto de

pesquisa intitulado: "Propriedade (Privada) e Moradia: Uma análise paulistana racializada sob a égide da legislação secular excludente". Porém, logo na primeira reunião de orientação com a Professora Doutora Maria de Lourdes Zuquim, me convenci da ideia de que haveria uma maior contribuição, dado o fato de haver pesquisas menos recorrentes sobre o tema, se me pusesse a investigar a dinâmica de direito à propriedade na cidade de São Paulo, atrelada à discussão de raça e renda.

Iniciado o percurso acadêmico, busquei cursar disciplinas que me ajudassem a aprofundar as referidas discussões, as quais foram de extrema relevância. Não obstante, foi nas voltas e nas trocas que encontrei as maiores respostas, como debateremos nos próximos capítulos.

2.1. Corpo e território: não lugar, morada da vergonha

Aos 12 anos, inicia-se a minha experiência compulsória de submergir. Apresenta-se a mim o racismo, crime curiosamente parido de uma boca parda - a quem o genocídio negro devora preferencialmente -, meu cabelo crespo "faltava, pois, minha mãe arrancava para lavar panelas", motivo de risos incontroláveis de toda a turma da escola pública José Geraldo Vieira, na cidade de Osasco. De outro lado, fato esse motivo de meu choro daquele momento até a próxima década, pelo menos. Uma estética que "não servia, mas só servia."

No ano seguinte, nos mudamos das casas de aluguel de um cômodo nos fundos, periferia adentro, 13 estações de trem depois, 130 degraus abaixo da linha da rua de terra batida. Novo endereço: Escadão da Paz, Jardim Santa Rita, Itapevi. Descobri que não importava que na escola me sentasse às primeiras filas, tirasse as melhores notas, vencesse olimpíadas de matemática, seria eu novamente motivo de riso na aula em que falávamos sobre o futuro, por ser eu, filha da Escadão da Paz. Um futuro que não cabia uma menina negra, moradora de favela, como juíza de direito, pois, para meus colegas, existia um lugar social que me circunscrevia, restrita e inerte.

Até o primeiro ano do ensino médio, eu desconhecia como ingressar na graduação¹. Me lembro que a notícia chegou pela TV, em uma peça publicitária que listava os "cursos-mercadoria" com seus preços, ocasião em que questionei a minha mãe se caberia em nosso orçamento, tendo seu olhar triste-preocupado-envergonhado, apresentado a resposta que eu já suspeitava: não.

Não levou muito tempo também, para que eu descobrisse que cartas importantes deveriam ser enviadas para os endereços das empregadoras de minha mãe, pois a caixa de correio coletiva fincada no chão de terra na Rua Camboja, nº. 544, de frente para o Escadão da Paz, era alvo de constantes furtos e violações de correspondências, o que tornava a comunicação postal uma loteria. A comunicação que também não se dava pela internet ou por telefone, já que as operadoras de telecomunicação não atendiam a localidade e o único telefone público dentro da favela estava ora com filas consideráveis, ora inoperante.

O medo e incerteza eram elementos constantes. A chuva, que antes costumava ser um conforto nas noites de sono, passou a ser motivo de alerta: o risco de deslizamento de terra por morarmos em uma encosta, as constantes incursões de funcionários da Defesa Civil, informando que o local era de risco e deveria ser abandonado, a rocha no topo da favela que sempre ameaçava rolar entre os barracos, as constantes pingueiras dentro de nossa casa de telhas frágeis. Quando sol, tudo era tudo muito quente, nossa morada - parte alvenaria, parte madeira - quase sem ventilação, em poucos minutos se tornava uma estufa quase insuportável. Sufocante como rememorar, quando se é forjada na dor, lembrança também é lágrima. Doloroso deleite de *escrever*.

¹ Processo superado após meu ingresso no curso preparatório para vestibular, projeto social Capjovem, que prepara estudantes de escolas públicas vulnerabilizados para o ingresso no ensino superior.

2.2. Pretos e pardos confinados

Nos mesmos anos 90, longe de Itapevi, jovens pretos e pardos, eram cativos sem pena ou crime aparente, confinados ao seu *lugar*: Heliópolis. É o que revela a entrevista de CMJ, homem pardo, morador de Heliópolis, ao relatar que, na adolescência, ele e seus primos eram constantemente convidados a voltar para a comunidade, quando em passeios nas cercanias da Avenida Almirante Delamare, na tentativa de atravessar a pé até a cidade vizinha de alta renda, São Caetano do Sul. Abordados por agentes de polícia, com a pergunta “tão indo aonde molecada?”, partindo da mesma autoridade a resposta “pode voltar”, quando respondido o local de residência.

A mesma entrevista também revela que a localização da morada também foi fator prejudicial no acesso ao direito ao trabalho, visto que o surgimento de uma oportunidade de emprego demandava o empréstimo de um comprovante de endereço, que atestasse residência fora do perímetro da Heliópolis, do contrário, a conhecida justificativa discriminatória seria apresentada: de que a vaga, de súbito, já foi preenchida.

2.3. Andanças pela centralidade

Gostos, cheiros, costumes, modos e lugares a mim apresentados, quando passei a circular e conviver nos estágios do curso de Direito, na graduação na PUC/SP, entre os anos de 2010 e 2014, com outras pessoas e territórios diferentes dos quais fui forjada.

Isto é, eu me dei conta de que, por mais de duas décadas, embora no mesmo estado, separada territorialmente por algumas pontes ou linhas de trem, havia uma outra São Paulo, construída por valores, símbolos, linguagem e arquitetura muito díspares, a qual eu não pertencia, não me via e não me reconhecia.

O meu trânsito, entre as centralidades e as periferias, se intensificou a partir de 2019, por meio das relações profissionais e pessoais que engendrei no direito, na política, na moda e na classe artística.

Me deparei com ocasiões em que encontros sociais e supostamente informais, resultaram em convites de emprego ou eram o marco fundante de parcerias comerciais, de articulações políticas e jurídicas que poderiam afetar o rumo da vida de muita gente parecida comigo que, via de regra, não estava sentada àquela mesa - quando muito a servia.

De festas à *rendezvous*. De aulas de yoga a jantares. A localidade, sempre a centralidade: Jardins, Cidade Jardim, Itaim Bibi, Vila Olímpia, entre outros bairros de alta renda em São Paulo. Os mesmos rostos, sobrenomes, dinastias, etiquetas - das marcas ao porte, exclusividade - presente em minha constante solidão, na cor da pele, no conceito e no status. Fluxo da contradição, me surpreendi admirando a quem eu também estereotipava, alheio que era. Conquistei aliados. Demarquei presença, construí algum pertencimento.

2.4. Nesta dinastia de domésticas, o “patrão” mora ao lado

As alterações, em decorrência da mudança do zoneamento no bairro de Pinheiros e do Jardim Paulista, fizeram brotar em ruas silenciosas o diário ruído das britadeiras, que anunciam a construção da nova tipologia em parte do bairro. Imóveis na planta começaram a ser comercializados um atrás do outro. *Studios* e apartamentos ocupam as ruas que circundam a Estação Oscar Freire do Metrô.

Minha chegada a este território como proprietária acontece em 2022. 3 anos antes, fui a primeira e única compradora negra, de um dos 180 pequenos apartamentos de pouco mais de 30 metros quadrados, situados a 5 minutos da Rua Oscar Freire. Dado importante é que a grande maioria dos compradores não tinha a intenção de morar no empreendimento. Fui uma das poucas pessoas que comprou apenas uma unidade e uma das poucas pessoas que financiou o imóvel, de acordo com informações passadas pela corretora de imóveis, que me atendeu no dia do lançamento do empreendimento imobiliário, bem como pela construtora no ato de entrega das chaves.

Imersa na emoção de realizar o sonho ancestral da casa própria, no dia da compra do apartamento, não percebi que, no prédio ao lado, morou um senhor para o qual minha mãe prestava serviços de limpeza, sem direitos trabalhistas, por cerca de 9 meses. Ironicamente, a trabalhadora precarizada seria agora vizinha de seu espoliador.

Ousadia, sorte e ilusão, foram algumas das afirmações que ouvimos quando resolvemos aterrar no Jardim Paulistano, perpendicular à Avenida Rebouças, zona de alta renda em São Paulo, a sede da organização de impacto social que tem além de mim, a minha mãe e o meu companheiro, um homem negro, Jálisson Mendes, como fundadores.

Ocupação atravessada pelo racismo. Ao ver nosso corpo preto, limpando o imóvel no final de semana que antecedeu a entrega das chaves, a corretora, que chegara sem aviso ao local, ficou visivelmente assustada com a cena, o que motivou uma rápida despedida e uma ligação na outra calçada da rua, para que não ouvíssemos o ela falava com o proprietário. No dia seguinte foram apresentados novos requisitos para a locação do imóvel, os quais foram integralmente cumpridos.

Algumas das tentativas anteriores de locação na região resultaram em negativa da nossa presença naquela localidade, mesmo supridas todas as exigências e comprovada a capacidade financeira para o custeio do aluguel. Momento que estremeou a pertinência individual e coletiva da discussão e análise que se propõe neste trabalho.

Posto isto, compreendendo a relevância social, coletiva e individual das reflexões e análises sobre raça, renda e território, decupamos olhares sobre a Rua Oscar Freire, a Avenida Almirante Delamares e suas cercanias, dois extremos em termos de produção do espaço urbano.

Para além da perspectiva racializada dos logradouros em questão, buscaremos contribuir com impressões sobre as dinâmicas socioterritoriais e seus desdobramentos, nas vidas dos corpos que ali circulam, se formam e se informam. Compreendendo, dentre outras questões, as políticas públicas e privadas presentes em um e em outro, bem como quais as

alternativas para redução das desigualdades já identificadas por meio da observação.

Para isso, foi construído um olhar sobre o retrospecto histórico de formação dos territórios em questão, analisando os agentes que interferiram nesse processo. Seguido pelas percepções das comunidades sobre as próprias realidades e oportunidades, a partir da compreensão adquirida sobre os territórios em questão, somando isso à minha corporeidade.

Nesse percurso, nos acompanham essencialmente Florestan Fernandes e Roger Bastide, Milton Santos e Silvia Wolff, aos quais faremos agregar outros pensadores acadêmicos e das vivências.

Cumprindo ainda dizer, que a premência da racialização da pesquisa, se origina das diferentes desigualdades e vulnerabilidades decorrentes do período escravagista no Brasil. Esse período, que oficialmente está abolido, mas que no campo fático impacta, direta e indiretamente, a vida cotidiana da comunidade afrodescendente brasileira, a qual tem constantemente violados os direitos fundamentais.

A essa problemática, se soma a sub-representação presente nos seguintes dados: (i) Mulheres pretas com doutorado são 0,4% do corpo docente na pós-graduação no Brasil; (ii) Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes; (iii) Na graduação, mulheres pretas são 6% das alunas entre 20 e 24 anos e mulheres brancas na mesma faixa etária são 40%; (iv) Negros representam 28,9% dos alunos da pós-graduação no país.

É sabido que a população negra no Brasil é acometida por uma inércia e negligência no respeito aos direitos, sendo sujeitada às mais diversas formas de violações da dignidade, dentre elas, aquelas que decorrem da precariedade óbice ao gozo do direito à cidade.

Passados 135 anos de lei áurea, a população negra, contingente que atualmente corresponde a mais de 56% da população brasileira, o qual soma 37% da população da Cidade de São Paulo, convive em situação de extrema vulnerabilidade.

A comunidade negra, fruto de processos - históricos e contemporâneos, individuais e coletivos - de resistência demandada pela construção de outro devir, forjada na ancestralidade afro diaspórica, centrado na preocupação com os viventes deste tempo, alicerçado em um legado de direitos e garantias que confira respeito, equidade e direitos para quem vem depois.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca racializar a análise sobre Direito à Cidade, a partir de territórios que experimentaram na constituição de processos distintos, os quais, somados às dinâmicas subsequentes, parecem reforçar a máxima de segregação socioespacial e consequente perda de oportunidades, por não permitir o encontro das outridades (GRADA,2019).

3. SUJEITA-OBJETO: a pesquisa

A conformação do Estado Brasileiro e a inércia dos membros do Poder Executivo e do Legislativo em desenvolver políticas públicas, que repensem e executem uma nova agenda na Política Urbana, faz com que experimentemos desigualdades estruturais e sistêmicas. Essas desigualdades estruturais e sistêmicas são exemplificadas como o grande déficit habitacional, a concentração de renda, bem como a iniquidade no acesso à direitos e oportunidades.

Desse modo, compreender a dinâmica que se dá na disputa da produção do espaço urbano (superior à 80% da ocupação do solo no Brasil, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010), causas e consequências, é fundamental para pensarmos modelos alternativos de resolução desses conflitos, assim como possibilitar finalmente a estruturação de políticas públicas efetivas, que revertam esse vergonhoso quadro na Cidade de São Paulo, como ensina Lélia Gonzalez:

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial (GONZALEZ, 1985, Entrevista ao Informativo SEAF).

Assim sendo, a partir do método misto, qualitativo-quantificativo, a fim de se depurar, com maior precisão, a análise que se pretende compartilhar, ao fim deste estudo, com base na revisão bibliográfica e documental, bem como por meio de entrevistas, é de contribuir com análise e apontamentos sobre a relação entre renda e raça, na formação social do espaço. Isso se dará a partir dos resultados obtidos na investigação dos territórios em questão e os entornos, quais sejam a Rua Oscar Freire, nos Jardins e a Avenida Almirante Delamare, em Heliópolis.

3.1. Problema de pesquisa

Como raça e renda interferem e se desdobram, a partir da estruturação socioterritorial, no acesso ao direito à cidade, a partir das análises da Avenida Almirante Delamare e da Rua Oscar Freire e os entornos?

3.2. Objetivo Geral

Analisar, de forma racializada, a cidade, a fim de contribuir com a elaboração de políticas públicas e privadas que busquem a superação e a construção de alternativas de participação social e na redução das desigualdades sociorraciais nos territórios em análise, identificando as possibilidades emancipatórias e limites.

3.3. Objetivos específicos

- Compreender como os elementos raça e renda operam nos territórios em questão e seus desdobramentos no acesso ao direito à cidade e a propriedade.
- Compreender, a partir de vozes e corpos circunscritos nestes territórios, qual é sua visão sobre os locais, bem como quais as noções que orientam a percepção sobre o território, quanto ao letramento racial, de gênero e as desigualdades estruturais.
- Compreender o histórico da produção nos territórios em questão e as dinâmicas políticas e sociais que resultaram em tais formações e suas implicações.

3.4. Revisão Bibliográfica

Inicialmente, a partir da revisão bibliográfica, sobre os territórios em questão, chegou-se aos extensivos relatos sobre a história e o contexto de

formação, em especial, quanto aos Jardins, já que via de regra, a maior associação encontrada para com a Avenida Delamare se relacionava com a violência urbana. Esses relatos também foram subsidiados pela pesquisa em jornais, revistas *online* de matérias, visitas e relatórios sobre os territórios.

Realizou-se, ainda, conversas com agentes públicos responsáveis pela administração de ambos os territórios, em que ficou ainda mais evidente a precariedade de dados que se referem a memória de Heliópolis, circunstância em que identificou projeto de resistência a esse epistemicídio organização pela UNAS, em que moradores da favela contam histórias e perspectivas sobre o território.

4. Lugar de negro: raça, direito e desigualdade em perspectiva

“É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação as moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar, é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não bstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita” (Washington Luiz, Prefeito da cidade de São Paulo, em discurso no ano de 1919).

O avanço da resistência negra construiu e consolidou políticas e refutou lugares de subordinação. Pelo contrário, pavimentou-se um caminho de insurgência, gerência e ação, que convida novas gerações a darem continuidade neste legado, fruto dessas conquistas, recebendo o bastião da luta antirracista que se desdobra dentro e fora da academia.

Dito isso, buscaremos articular na pesquisa as relações entre direito, raça e desigualdade, as quais entendemos como elementos centrais de *discrímen*. O Brasil é fruto de um grave processo colonial, norteador por morte, destruição e aculturação afro-indígena e a forma como se opera a produção do espaço urbano está umbilicalmente ligada a ele.

O professor Villaça defende em palestra que trata da História do Planejamento Urbano², uma máxima que pode aqui ser refletida sobre outro prisma. Isto é, ele questiona a efetividade do Plano Diretor, frente aos grandes desafios que se tem na produção do espaço urbano. Trata-se de um emaranhado de orientações programáticas, mas que não são cogentes.

Rebatendo a mesma linha de pensamento, para a articulação entre raça, direito e desigualdade, observamos que há um efetivo avanço na

² Maiores informações no link: <https://www.youtube.com/watch?v=96tJQ0I3QDA>. Aula ministrada no Projeto Primeiras Aulas da TV UNESP.

construção de instrumentos jurídicos complexos, exemplos dogmáticos, mas que tem se mostrado de frustrado arremate.

Compreender causa e consequência demanda buscarmos em nossa História elementos que suportem a compreensão. Como é sabido, em 1850, promulgou-se a Lei nº. 601, a chamada Lei de Terras, considerada um marco da questão fundiária-gregária nacional. O sistema vigente, até então, era o Regime de Sesmarias, o qual se dava por meio da autorização do Estado para a exploração da terra pelos donatários e dinastia, cumpridas exigências administrativas. Inova-se então com a Lei de Terras, ao prever que a aquisição da propriedade se daria por meio da compra, aplicando-se tais regras ao Estado.

O tráfico transatlântico, feito majoritariamente pela Rota de Angola, responsável por cerca de 40% do contingente negro escravizado, foi responsável pelo sequestro de cerca de 5 milhões de vidas negras para terras brasileiras, proibido também no ano de 1850, pela Lei Eusébio de Queirós, Lei nº. 581.

Todavia, somente por meio da Lei Áurea, Lei nº. 3.353, a escravidão negra passaria a ser formalmente abolida do Brasil. Sustentamos, porém, que o processo de reconhecimento da humanidade negra não se efetivou, dada a ausência de medidas concretas de promoção da equidade de direitos e de oportunidades.

O Brasil, até então rural, inicia o processo de urbanização, repelindo a presença de pessoas negras, que frustravam a ideia de desenvolvimento nos termos da elite hegemônica, como retratado na fala de Washington Luiz em 1919, à época prefeito de São Paulo, que abre este capítulo.

Se aproximarmos a ótica demográfico-racial, para entendermos a questão em São Paulo, veremos importantes contribuições na obra de Bastide e Florestan Fernandes: "Branco e Negro em São Paulo". Ensinam os autores que a literatura não é suficiente para se afirmar com certeza a data da chegada da população negra à cidade. Florestan assinala que, até o final do século XVI, apenas alguns moradores de São Paulo possuíam

escravizados negros, os quais ocupavam-se majoritariamente da lavoura (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 28).

Seguindo no retrospecto, o pesquisador afirma que somente no final do século XVI é que se passou a estabelecer diretamente, entre Brasil e Angola, o tráfico transatlântico. Antes disso, a população negra sequestrada e escravizada viria de Portugal. Neste mesmo período, negros escravizados também participavam das bandeiras, que tinham por objetivo a captura da população indígena (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p.30).

Todavia, motivada pela descoberta de minas de ouro, ao longo do século XVII, a composição demográfica de pessoas negras escravizadas se modifica. Segundo Florestan: “Os recursos proporcionados pela exploração do ouro aluvial e talvez pela venda dos índios permitiam intensificar um pouco a importação de africanos” (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 31). Custando cerca de 50 mil réis, em 1681, cada escravizado negro, é o que revela o relato dolente e revoltante:

É pelos fins do século XVII, com a localização de minas auríferas pelos paulistas, que começa a se formar o primeiro fluxo regular e apreciável de escravos negros para estas regiões. Então, o **negro deixa de ser um membro ocasional das bandeiras para tornar-se uma de suas molas essenciais e o principal agente de trabalhos de mineração**. Em consequência, o **valor do escravo africano, que sempre fora maior que o do escravo indígena, quintuplica-se em menos de duas décadas: cada “peça” passa a custar 250 mil réis**. Os recursos para a compra de escravos africanos a preços tão altos provinham da mineração ou da permutação de gêneros e outras utilidades nas minas. (...) O mercado que abastecia os paulistas de escravos africanos era o Rio de Janeiro e não estava em condições de suportar o desordenado aumento da procura; daí a brusca elevação do preço das ‘peças’, notada já por volta de 1700.

(...)

Em 1703, eles custavam, em oitavas de ouro em pó: uma negra ladina cozinheira; 350 oitavas; uma mulata, 600 oitavas; um moleque, 120 oitavas; um molecão, 250 oitavas; um negro ladino, 300 oitavas; um crioulo oficial, um trombeteiro ou um mulato oficial, 500 oitavas.

(...)

Em janeiro de 1701 obtiveram a permissão para comprar 200 africanos por ano do Rio de Janeiro e em agosto de 1706 essa quantidade foi elevada para 230, sendo que 200 se destinariam aos trabalhos nas minas e 30, aos da lavoura.

(...)

Este é um momento decisivo na história do negro em São Paulo. Graças aos descobertos, e às suas repercussões na economia paulista, os escravos negros começam a deslocar os escravos índios da posição que eles ocupavam na organização do trabalho servil (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 32-34, grifos nossos).

Avançam as tratativas desumanizantes, substituindo-se sangue indígena por sangue negro. Como consequência desse processo de negociação da vida e da liberdade, em 1758 foi promulgado o decreto de liberdade definitiva dos indígenas.

O trabalho de Florestan e Bastide é fundamental ao enegrecer o que, geralmente, passa ao cabo dos bancos escolares, sendo um necessário mergulho pretérito, para suportar discussões futuras e presentes, já que quem não conhece seu passado, sustenta em fascículos a própria identidade. Neste sentido, destaco também este trecho:

No trajeto percorrido entre os fins do século XVII e terceiro quartel do século XVIII **o negro não só adquiria uma posição no sistema econômico de São Paulo. Ele tornará a própria fonte regular e exclusiva do trabalho escravo e da produção agrícola.**

(...) desde 1706 os negros importados se destinavam, na proporção de 20 para 3, aos trabalhos das minas; eles apenas transitavam por São Paulo, em sua maioria, ou eram negociados por intermediários nas zonas de mineração. **Os trabalhos nas minas eram muito rudes, exigindo não só trabalhadores robustos, mas ainda continua renovação de quadros humanos.** Segundo documentos da época, os escravos mais debilitados eram escolhidos para a lavoura, enquanto os mais fortes eram remetidos para serviços de mineração. **De modo que a atração exercida pelo ouro atuou como um fator de restrição na fixação de escravos negros em São Paulo.**

(...) **Os dados relativos a 1777 revelam que a população aumentando, abrangendo 4.409 habitantes, dos quais 2.423 livres (brancos, índios e mestiços libertos) e 1986 escravos (africanos e negros crioulos). Em média, cada proprietário possuía de 1 a 5 escravos;** mas alguns possuíam mais do que isso: havia os que tinham de 10 a 30 escravos e notam-se dois que contavam com 51 e 104 escravos. (...) É conhecida a estrutura profissional e artesanal de São Paulo nessa época. Pela distribuição das ocupações, **verifica-se que os artesãos, profissionais liberais e comerciantes se recrutavam na população branca.** Os dados concernentes a 1767 pateteiam que **somente um negro escravo seria pedreiro; entre mulatos e pardos, são enumerados um alfaiate, um barbeiro, um sapateiro, um**

ourives, um pescador, 18 sem profissão definida e um forro, que seria sapateiro.

(...) Em outras palavras, as tendências de especialização do braço escravo negro se dirigiam, de fato, para lavoura e atividades subsidiárias.

(...)

Na história deste estado, o negro não é tão importante pelo papel que desempenhou no período de mineração quando pelo que representou na constituição e o desenvolvimento da 'grande lavoura'. Todos reconhecem que o progresso de São Paulo é um produto da expansão agrícola do século XIX, e que ela mesma seria inconcebível sem o negro escravo.

(...) **Os escravos negros representavam uma imobilização de capital**, consideráveis para as circunstâncias, invertidas em sua alimentação e conservação (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p.37; 40-42., grifos nossos).

Desprovidas de qualquer amparo legal, vidas negras são meras engrenagens na máquina escravocrata, que enriqueceu as elites paulistanas. Resultando nas seguintes composições demográficas ao longo do século XIX:

Figura 1 - Porcentagem da população negra

ANO	COR	CONDIÇÃO		TOTAL
		<i>Livre</i>	<i>Escrava</i>	
1811	Branca	112.965	–	112.965
	Parda	44.053	10.548	54.601
	Negra	3.951	37.602	41.553
	Total	160.969	48.150	209.119
1815	Branca	115.203	–	115.203
	Parda	44.289	11.043	55.332
	Negra	4.966	40.229	45.195
	Total	164.458	51.272	215.730
1836	Branca	172.879	–	172.879
	Parda	59.454	14.722	74.176
	Negra	6.811	72.211	79.022
	Total	239.144	86.933	326.077

Fonte: BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 80.

Como vemos, a escravização de pessoas negras mais do que dobrou entre 1811 e 1836, enquanto a escravização de pessoas pardas aumentou em cerca de 50%. Em 1886, dois anos antes da promulgação da Lei Áurea,

a população da cidade de São Paulo era de brancos: 36.334; pardos: 6.450; negros: 3.825; e, caboclos: 1.088 (BASTIDE, 2008, p.60).

Fica evidente, na construção do Brasil, o projeto de eugenia lombrosiano-baptista, que buscava, através da construção biológica da raça, sustentar parâmetros de superioridade branca. Recebido e ouvido internacionalmente, vivido na construção do imaginário nacional (LOMBROSO, 1876, p. 248).

Portanto, raça como categoria política de base desumanizante:

Por trás da raça há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas.

(...)

Desse modo, pode concluir que, por sua conformação histórica, a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam: como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, 'uma certa forma de existir' (ALMEIDA, 2018, p. 19-24).

A dinastia de quem não se pode matar "80.100 brancos; mestiços negróides 3.100; indígenas 17.100; e negros 0" (LACERDA, 1911), seguiu em luta, organização e resistência. Refutando o mito da democracia racial e, alcançando, nos últimos 50 anos, espaços mais contundentes nas arenas público-privadas de disputa do poder. Movimentos negros e demais atores da sociedade civil fizeram, então, verter da atuação, instrumentos jurídicos, políticas públicas e normas que buscavam dar contorno e respaldo às demandas sociais históricas escanteadas.

Um importante exemplo, dos resultados na disputada sobre o direito à cidade, estão positivados na Constituição Federal de 1988:

Artigo. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(...)

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei,

tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Regulamento)

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 2022, p.1).

Os artigos 182 e 183, da Constituição Federal, foram regulamentados por meio do Estatuto da Cidade, Lei nº.10.257/2001, o qual consubstancia normas e instrumentos jurídicos, atinentes à ordenação do espaço urbano.

No mesmo seguir, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº. 12.288/2010, lei que busca salvaguardar direitos fundamentais da população negra, previu no Capítulo IV, normas relativas ao acesso à terra e a moradia adequada, como se destaca nos artigos 35 a 37:

Art. 35. O poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.

Parágrafo único. O direito à moradia adequada, para os efeitos desta

Lei, inclui não apenas o provimento habitacional, mas também a garantia da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários associados à função habitacional, bem como a assistência técnica e jurídica para a construção, a reforma ou a regularização fundiária da habitação em área urbana.

Art. 36. Os programas, projetos e outras ações governamentais realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), regulado pela Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, devem considerar as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da população negra.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estimularão e facilitarão a participação de organizações e movimentos representativos da população negra na composição dos conselhos constituídos para fins de aplicação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Art. 37. Os agentes financeiros, públicos ou privados, promoverão ações para viabilizar o acesso da população negra aos financiamentos habitacionais.

Nossa discussão, neste ponto, questiona a efetividade desses instrumentos jurídicos. A prática e a literatura nos ensinam da importância de ocuparmos os espaços de poder, seja na elaboração da norma, seja na execução da lei ou da política pública, do contrário, teremos tão somente cartas de intenção sem real potência na transformação da realidade.

Não obstante, a este respeito, Telles aduz perspectiva importante quanto à análise das discrepâncias sociais (2003, p.179):

A segregação racial tem consequências importantes no desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e na sua participação na sociedade brasileira. A segregação geralmente se traduz em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de consumo, **os mercados tendem a se localizar dentro ou perto dos bairros de brancos de classe média (ou da classe trabalhadora), assim como também no acesso a escolas, hospitais e à proteção policial e do corpo de bombeiros.** Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações interraciais e interclasses são reduzidas (grifos nossos).

Lembremos, somos um país em que cerca de 80% da população vive em área urbana e temos um déficit habitacional, de cerca de 7 milhões de moradias, de acordo com a Fundação João Pinheiro³.

³ Para mais informações, consultar o Déficit Habitacional no Brasil, disponível no link: <http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil>.

Sobre este cenário de ineficácia na redução de desigualdades sociais e democratização econômica, destaca Carneiro, ao trabalhar raça e Direitos Humanos no Brasil, que “a base da contradição de população liberta, mas sem direitos”, se conserva “pela prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros o que, conseqüentemente, leva a naturalização da desigualdade de direitos (2011, p.15).”

A autora observa, ainda, que “se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno de Direitos Humanos” (CARNEIRO, 2011, p.15).

Nesta toada, Leonardo Ortegá afirma que a ideia de menos humano é elemento importante para compreender as relações sociais no Brasil,

pois, em um mundo marcadamente antropocêntrico, caracterizar determinado grupo como não humano ou sub-humano resultava em total isenção moral para a exploração, escravização e extermínio desse grupo assim classificado (ORTEGAL, 2018, p. 417).

Importando tal discussão para nossos objetos de forma mais direta, os dados são alarmantes em demonstrar, por meio do tempo, concreta e simbolicamente, o impacto na vida de quem mora em Heliópolis e quem mora nos Jardins. Saneamento, tipologia, clima, violência, estigma e oportunidades, entre outros condicionamentos do direito à cidade, vão se mostrar mais ou menos agudos, a depender do território em que se está e da cor da pele que se tem. A expectativa de vida no Jardim Paulista é a mais alta de toda a cidade de São Paulo, 81,5 anos, enquanto em distrito do Sacomã é 68 anos, de acordo com o Mapa da Desigualdade de 2020 (p. 39).

Assim, a Carta do Direito à Cidade reconhece referida desigualdade, sendo formulada a fim de que o direito à cidade seja reconhecido um direito humano e ganhe, internacionalmente, a devida centralidade nos debates.

Em 2004, em Quito, no Equador, a partir da sociedade civil, previu no preâmbulo⁴:

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada – em virtude de suas características sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas. Este contexto favorece o surgimento de lutas urbanas representativas, ainda que fragmentadas e incapazes de produzir mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente. Frente a esta realidade, as entidades da sociedade civil reunidas desde el Fórum Social Mundial de 2001, discutiram, debateram e assumiram o desafio de construir um modelo sustentável de sociedade e vida urbana, baseado nos princípios da solidariedade, da liberdade, da igualdade, da dignidade e da justiça social. Um de seus fundamentos deve ser o respeito às diferenças culturais urbanas e o equilíbrio entre o urbano e o rural.

A produção do espaço urbano é, portanto, fruto das disputas e impermanências dos contextos, dos cenários, das composições e das narrativas sobre poder e lugar. Posto isso, neste exercício político-acadêmico, de análise-denúncia, propomos novas constatações que levam às novas construções reparatórias da episteme simbólica e material, que resulta em indignidade e abreviamento, de negros em detrimento de brancos, de pobres em detrimento de ricos.

⁴ Mais informações no link: right2city.org

5. Fincando o Pé - Território: histórico, entornos e contornos

Os quilômetros que as separam são infinitamente menores do que as desigualdades paridas nestes territórios ao longo dos anos, fruto das disputas, das presenças e das ausências, bem como os resultados contundentes e complexos nas vidas de quem por essas bandas se espraia.

Fenômeno ao qual o professor Flávio Villaça conceituou como segregação urbana dos espaços intra-urbanos, tendo na centralidade dos debates a localização. A qual, se analisada em conjunto com as lições de Henri Lefebvre, que revela a noção de que o Direito à Cidade (conceito cunhado em 1968) vai além da proposta de uso e gozo dos produtos do espaço urbano em equidade de oportunidade, mas se trata de uma real transmutação na forma como se dão as relações sociais, políticas e econômicas, enquanto potenciais propulsoras de um devir emancipatório para todas as pessoas.

Da nossa parte, colorindo a peleja socioterritorial, colocamos em perspectiva e articulamos na centralidade as temáticas raça e direito, que nem sempre encontram abrigo nas produções, que se propõem a pensar sobre a produção social do espaço urbano, sendo elas força motriz dessa pesquisa.

Iniciamos, portanto, nossa análise situando no tempo e no espaço os territórios sobre os quais atravessaremos nosso olhar. O que faremos também, a partir de uma abordagem marcada pela subjetividade da experiência na pesquisa, que se impregna no corpo da pesquisadora, sujeita e objeto, enquanto mulher negra, forjada no Escadão da Paz, favela localizada na cidade de Itapevi, na Grande São Paulo.

Deste modo, contextualizamos os territórios em intersecção com as suas peculiares fundantes e pretéritas, sendo eles, a Avenida Almirante Delamare⁵, entre os números 100 a 640, e adjacências; localizada favela

⁵ Rodrigo Antônio de Moraes Delamare nasceu em Lisboa, Portugal, em 1770. Fez parte da marinha portuguesa, onde conquistou os galões dos primeiros postos, até que em 27 de novembro de 1807, no comando da nau "Rainha", deixou o porto de Lisboa transportando parte da família Real que fugia para o Brasil. Em 1817 recebeu o título de chefe de divisão.

Heliópolis - Distrito do Sacomã, região sudeste; a Rua Oscar Freire⁶, no trecho comercial, dos nº. 29 a 1262, localizada no Jardim Paulista - área de alta renda em São Paulo; Distrito de Pinheiros, que integra o Quadrante Sudoeste nos escritos do Flávio Villaça, ao propor uma outra lente para observar a forma como se dá o desenvolvimento intra-urbano, são ambos logradouros circunscritos na cidade de São Paulo.

5.1. Heliópolis

Em 2016, inauguro andanças minhas pelas ruas, becos e vielas, minha cor na pele, similitude dinástica, em um território que me parecia de

Voltando D. João VI, para Portugal, Delamare ficou no Brasil, onde continuou a prestar bons serviços. Tomou parte nas lutas pela Independência em diversas oportunidades. Em 05 de abril de 1824 assinou o termo de juramento à Constituição política do Império. Em agosto do mesmo ano foi eleito ao posto de chefe de esquadra. Em 1827 foi comandante do porto do Rio de Janeiro. Como vogal pertenceu ao Conselho Supremo Militar. Foi reformado, em vista de seu estado de saúde, no posto de vice-almirante em 04 de agosto de 1835. Faleceu em 19 de maio de 1837. Uma de suas participações na luta pela Independência, se deu quando D. Pedro I o enviou, como comandante de uma pequena frota para bloquear Salvador, acompanhava-o o Brigadeiro Labatut que seria desembarcado em Maceió e daí para Recife. O envio de Delamare tinha como objetivo dominar a revolta da Bahia desencadeada pela inquietude causada pelo jornal "Constitucional" dirigido por Montezuma no qual afirmava que os portugueses iriam atacar os patriotas brasileiros.

Trecho subtraído do site Dicionário das Ruas, mais informações no link: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/avenida-almirante-delamare>.

⁶ Oscar Freire de Carvalho nasceu na Bahia em 03 de outubro de 1882. Aos 14 anos de idade matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia e diplomou-se em 1902. Em março de 1907, depois de brilhante prova de concurso, foi nomeado professor substituto de Higiene e Medicina Legal. Nomeado professor substituto de História Natural da Escola Politécnica da Bahia em 1913 e no ano seguinte foi promovido a catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Medicina. Três anos mais tarde foi convidado pelo Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho para instalar, na cidade de São Paulo, a disciplina de Medicina Legal, que começou a funcionar em 18 de abril de 1918 no Instituto de Higiene, posteriormente no Laboratório Central da Santa Casa e por fim no prédio especialmente construído para esse fim. A morte o surpreendeu antes de ver instalada definitivamente a sua disciplina. Fundou ainda a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia e a Sociedade de Educação e Ensino. Era membro honorário do Instituto de Medicina Legal da Universidade de Madri e correspondente da Sociedade de Medicina Legal da Bélgica e de Roma. Como professor de Medicina e cientista deixou numerosos trabalhos, além de artigos na imprensa diária sobre a história do ensino na perícia, laudos periciais e pareceres médico-legal, entre outras. Faleceu em São Paulo em 11 de janeiro de 1923.

Trecho subtraído do site Dicionário das Ruas, mais informações no link: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-oscar-freire>.

permeabilidade seletiva, em que vige um código de posturas tácito, para quem se dispõe a adentrar: a solenidade de quebrada, respeito para chegar. Receio e estranhamento, acompanhados, logo depois, de uma familiaridade presente nos odores, nas estreitas espessuras, no desarrazoado do som das caixas estridentes, vitalidade e fluxo.

Essa é Heliópolis, significante indígena Terra do Sol, a maior favela de São Paulo atualmente, a qual inicia o processo de formação territorial por meio de uma ocupação, na década de 1970. O fato ocorre quando a Prefeitura Municipal de São Paulo estabelece em parte do terreno, que pertencia ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS, um assentamento, que seria provisório, na altura do número 1400 da Estrada das Lágrimas, com o intuito abrigar cerca de 150 famílias, que haviam sido retiradas da Vila Prudente e Vergueiro, locais em que seriam realizadas intervenções viárias.

Consta também, do histórico do território, que a propriedade do terreno anteriormente pertencia ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI - que o teria adquirido em 1942. Ainda, parte desse terreno originário foi ocupado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e a outra parte pela Petrobrás.

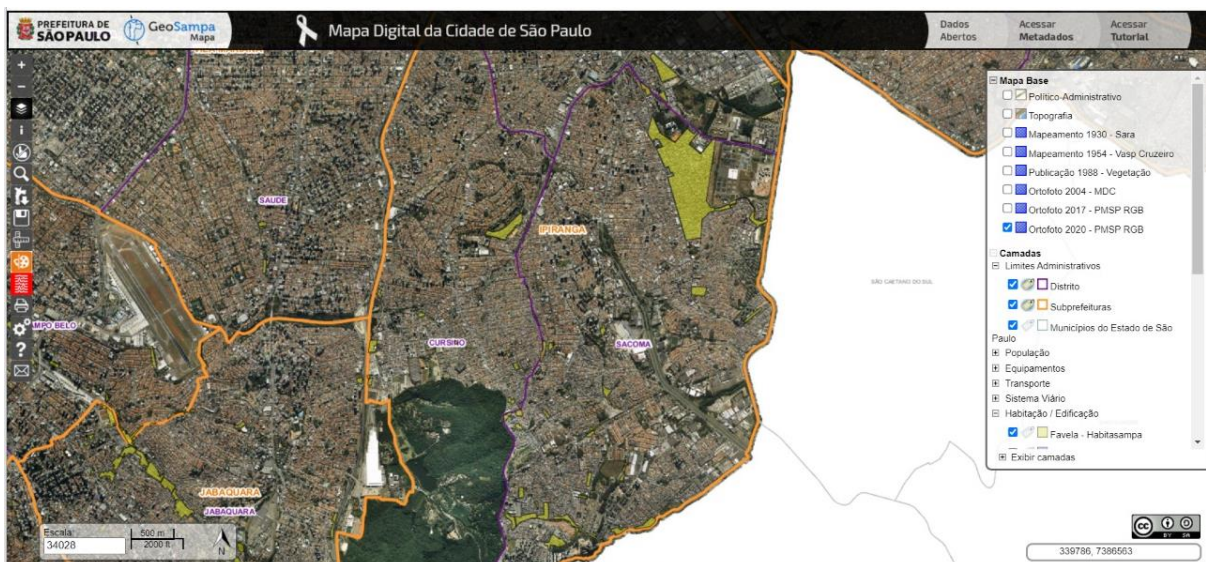
No que se refere à presença de equipamentos públicos, podemos afirmar que o IAPAS foi pioneiro, visto que se construía, no ano de 1969, o Hospital Heliópolis e o Posto de Assistência Médica - PAM, tendo mais tarde os operários destas obras, firmado residência em assentamentos humanos informais de Heliópolis. A eles, também se juntaram substancialmente migrantes nordestinos, que vinham para São Paulo em busca de melhores oportunidades de vida e, após não conseguirem arcar com o pagamento de aluguel ou não poderem continuar coabitando com parentes, enxergavam nesse espaço uma alternativa de moradia.

O processo de produção social do espaço esteve no seio das disputas que produzem a cidade, marcado por tentativas ilegais de loteamento, empreitadas de autoria de grileiros, que reivindicavam a propriedade do local, bem como pelo enfrentamento da comunidade à violência policial.

É nesse contexto que surge a UNAS - União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região, símbolo de organização política por direitos fundamentais para a população que lá reside, uma das entidades mais antigas do território, que tem hoje a missão de contribuir para que a favela de Heliópolis se torne um bairro educador.

Este conjunto de movimentos e resistências articularam e consolidaram o que deveria ser provisório, no qual a inação autoriza a precariedade nas formas de viver, moradia digna, um direito fundamental, parece ser acessório. Estima-se hoje, de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, que Heliópolis tenha cerca de 200 mil moradores, já para o IBGE 2010 eram 41 mil pessoas, enquanto a UNAS estima 200 mil pessoas, ou seja, existe uma enorme divergência demográfica, favela altamente adensada, com extensão de cerca de 1 milhão de metros quadrados.

Figura 1 - Mapa de Heliópolis



Disponível em: Geosampa (2023).

Fronteira com o município de São Caetano (cidade de áreas interioranas, mas que reproduz com perfeição a área excludente de grande parte da metrópole) e a cerca de oito quilômetros de distância do centro

da cidade de São Paulo, Heliópolis é expoente na produção cultural - a qual se busca criminalizar, periférica que é - reflete a problemática constante em grande parte das insurgentes favelas Brasil afora: A insuficiência de políticas e equipamentos públicos promotores de direitos fundamentais, o que nos parece uma tentativa de invisibilização e de não reconhecimento e integração do território à cidade formal.

Contudo, resiliente que é, paulatinamente, a comunidade vem conquistando direitos, processo que é fruto de reivindicações históricas como o CEU Heliópolis, espaço de educação e cultura, que leva o nome da Professora Arlete Persoli, uma das grandes mobilizadoras sociais do território, inaugurado em abril de 2015.

Mais recentemente, o Parque da Cidadania, situado na Avenida Almirante Delamare, ainda em fase de construção, será uma área destinada à prática de atividades físicas, promoção da cultura e do lazer, à potencialização do empreendedorismo e da capacitação profissional dos moradores da comunidade, bem como espaço promotor do acesso aos direitos, por meio de equipamentos estatais para emissão de documentos e outros serviços públicos.

O espaço, que deverá contar com 40 milhões de reais em investimentos, surge a partir da articulação entre o governo do Estado de São Paulo, por meio do Fundo Social e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU; a empresa CCR - que doou o serviço de terraplanagem e contenção; a SABESP; e, movimentos sociais atuantes na região como a UNAS e Central Única das Favelas - CUFA, tendo estes últimos ressaltado o interesse em participar da gestão do espaço. A conclusão das obras do Parque da Cidadania de Heliópolis está prevista para o segundo semestre de 2023. Jovens e crianças poderão finalmente contar com um espaço de sociabilidade e lazer.

De acordo com a literatura e os dados censitários do IBGE, do ano de 2010, disponíveis, cerca de 99% da favela de Heliópolis dispõe de água potável, 95% de energia elétrica, 70% de saneamento básico e 99% é atendida por coleta de lixo. Ainda, conforme com o Relatório de Gestão da

Prefeitura Regional do Ipiranga de 2017 (responsável pelos distritos do Ipiranga, Cursino e Sacomã), o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da região é de 0,89, considerado alto.

Todavia, a configuração desordenada do território com vias irregulares, a insuficiência de políticas e campanhas sobre o correto descarte de lixo, somadas à escassez de espaços adequados para o desfazimento de itens indesejados, faz com que o território seja acometido por diversos pontos de acúmulo de lixo, problemática que pode impactar diretamente à saúde da população.

Quanto a isso, cumpre atentar ao fato de que, embora a Prefeitura Regional do Ipiranga disponha de quatro Ecopontos, quais sejam: TEREZA CRISTINA, situado na Avenida Tereza Cristina, nº 10; SANTA CRUZ, situado na Rua Santa Cruz, nº 1452; VILA DAS MERCÊS, situado na Rua Italva, nº 86; e, COMANDANTE TAYLOR, situado embaixo do viaduto Comandante Taylor, apenas este último está localizado no perímetro da favela de Heliópolis, que representa mais de 80% da porção territorial sob responsabilidade da referida Prefeitura Regional.

Além disso, para a utilização dos serviços do Ecoponto, faz-se necessária a realização de cadastro, o que pode inviabilizar a utilização do equipamento por pessoas não alfabetizadas, sujeitas ao constrangimento, ou que tenham questões em aberto com o Sistema de Justiça Criminal, haja vista a carência do acesso à Justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por exemplo.

Refletindo ainda sobre a configuração do território, nas cercanias da Avenida Almirante Delamare, mais precisamente na Avenida Carioca, nº 99, bairro da Vila Carioca, distrito do Ipiranga, também está situada a Sociedade Escola de Samba Imperador do Ipiranga, fundada em 1968. O distrito fronteiro com o bairro da Mooca, além da agremiação, abriga também antigas fábricas.

Quanto à mobilidade urbana, a região dispõe do Terminal Sacomã, inaugurado em janeiro de 2010, de onde partem linhas de ônibus para outras regiões da cidade, bem como também é possível acessar a estação

de metrô Sacomã. Nas proximidades ainda estão a estação de metrô e trem Tamandateí.

O estigma, que acompanha territórios periféricos, interfere no atendimento de serviços de transporte por aplicativo. É recente a parceria entre a CUFA e a empresa Uber, que resultou na criação de um ponto fixo de embarque e desembarque no Hospital Heliópolis. Compreendendo o tempo e a localização como determinantes dos direitos e oportunidades, agrava-se este cenário, pelos mecanismos de discriminação e desumanização que permeiam o imaginário da população em geral, sobre pessoas moradoras de favela.

Desprovida de significativas oportunidades de emprego não precarizadas, com população jovem, alto índice de evasão escolar e significativa parcela de mães solas. Mais ainda, sob importante influência da dinâmica do tráfico de drogas ilícitas e da vulnerabilidade socioeconômica, a imagem que se associou a região é de periculosidade, em que há grande incidências de crimes patrimoniais, como roubos e furtos.

Entendendo que os processos observados hoje são frutos de pretéritas escolhas sociais, políticas e econômicas ou da impossibilidade de participar delas, oportuno aqui resgatar algumas noções sobre comunidades empobrecidas, a fim de analisar prismas e atravessamentos nas condições de disputa do Direito à Cidade, destacadamente para comunidade negra em São Paulo, a qual entendemos vivência desde o dia seguinte à sanção da Lei Imperial nº. 3.353, também conhecida como Lei Áurea, abruptos processos sistêmicos e estruturais de negação da humanidade.

Dinâmica a qual os movimentos negros organizados passaram e intitulam de Abolição Inconclusa da Escravidão, haja vista que a comunidade negra não foi reconhecida a condições de completas e concretas de cidadania. Isto é, para aquele que era entendido como objeto de exploração e meio para exercício de poder do proprietário, não houve medidas efetivas à superação da barbárie que os desumaniza.

É neste cenário que se instala uma problemática que teria reflexões até os dias atuais, qual seja, a ausência de igualdade material, em grande

medida influenciada pela inércia do Estado em criar políticas públicas e normas legais voltadas para as demandas da população negra recém liberta. Sabemos, a formação da cidade é também fruto das disputas que se dão no campo do direito e da política.

A importante pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide, é imperiosa em demonstrar este descompasso, em que releva, por exemplo, que no recenseamento realizado em 1940, considerando a população a partir de 10 anos de idade, tinham situações como as seguintes (p.82 - 85):

Ramo de atividade Principal e posição na ocupação:

Empregador(a) na Indústria de transformação, destes(as):

- Homens: 5.798 (brancos); 19 (pardos); 10 (pretos); e, 56 (amarelos);

- Mulheres: 114 (brancas); 1 (pardas); 2 (pretas); e, 1 (amarelas).

Ramo de atividade Principal e posição na ocupação:

Empregador(a) no Comércio de valores, destes (as):

- Homens: 232 (brancos); 0 (pardos); 0 (pretos); e, 1 (amarelo);

- Mulheres: 6 (brancas); 0 (pardas); 0 (pretas); e, 0 (amarelas).

Ramo de atividade Principal e posição na ocupação:

Defesa nacional e segurança pública destes (as):

- Homens: 10.894 (brancos); 1.265 (pardos); 924 (pretos); e, 11 (amarelo);

- Mulheres: 170 (brancas); 27 (pardas); 11 (pretas); e, 0 (amarelas).

Ramo de atividade Principal e posição na ocupação:

Administração pública, justiça e ensino público, destes (as):

- Homens: 20.908 (brancos); 1.272 (pardos); 1639 (pretos); e, 41 (amarelo);

- Mulheres: 7.396 (brancas); 146 (pardas); 93 (pretas); e, 4 (amarelas) (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 90).

Destaca Florestan:

Os resultados de nossas investigações, apresentados de modo tão sumário, patenteiam que a transição do regime **escravocrata para o regime de classes não se operou com a mesma rapidez que a transformação do status político do negro**. A medida legal abolicionista, promulgada sob o governo monarquista e consagrada pelo governo republicano que o substituiu em 1889, concedeu aos manumitidos direitos formais, o que levaria um dos paladinos do movimento abolicionista a afirmar que a Abolição se revelara uma ironia atroz. É que a transição deveria antes ser assimilada à sociedade de classes, para depois ajustar-se às novas condições de trabalho e ao novo status econômico-político que adquiriria na sociedade brasileira (FERNANDES, 2008, p. 80, grifos nossos).

Centos e trinta e quatro anos após o ato que sanciona a Lei Áurea, é instaurada no Brasil uma nova ordem constitucional, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada a constituição cidadã.

A Carta Magna elenca diversos Direitos Fundamentais, dentre eles o direito a não discriminação, que se origina no Direito à igualdade, isto é, a expressa vedação ao racismo. Vedação que não se reflete nas práticas cotidianas, em que a população negra é relegada a conviver diariamente com uma série de ausências no acesso aos Direitos Fundamentais básicos, a começar pelo direito à vida.

Nessa contradição, são referidas normas internacionalmente ratificadas e constitucionalmente positivadas, que no plano da realidade são intencionalmente (des)mobilizadas como instrumentos concretos de violências física e simbólica.

O Legislador previu dispositivos legais, buscando promover o direito à igualdade, conforme se observa nos artigos 3º, IV e 5º, caput, da Constituição Federal de 1988. Os Direitos Fundamentais assumiriam, entre outras características, a inviolabilidade, indisponibilidade, imprescritibilidade e universalidade, direitos dos quais goza toda pessoa humana, delineando parâmetros básicos para uma existência digna. A realidade, porém, que se apresenta em Heliópolis, parece observar um ordenamento jurídico próprio, estrangeiro apátrida.

Olhando para a composição étnico racial de Heliópolis e adjacências, de acordo com o Mapa da Desigualdade de 2020⁷, elaborado pela Rede Nossa São Paulo, o Distrito do Sacomã tem população total de 262.193 pessoas, sendo que 32% desse contingente se autodeclaram negros e/ou pardos, 52,4% são mulheres e 39,6% dessa população são crianças e jovens com idade entre 0 e 29 anos.

Dados que permitem inferir que o fenômeno da Abolição Inconclusa, respaldado no mito da democracia racial, possibilita ao Estado se manter

⁷ Mais informações no link: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf> - Mapa da Desigualdade 2020 - Tabelas.

inerte no enfrentamento da desigualdade social, enquanto mobiliza, de forma intencional, mecanismos de perpetuação das desigualdades. Pessoas negras continuam a ser atores sociais subjugados, para os quais costumeiramente se tem um lugar social e urbano determinado.

Avizinha-se da Avenida Almirante Delamare, localizado na Avenida Comanda Taylor, o 95º Distrito Policial - responsável pela investigação de crimes que ocorrem na região de Heliópolis - que no ano de 2021 registrou, entre outros crimes⁸:

1. 1.218 casos de furto;
2. 442 casos de furto de veículos;
3. 1452 casos de roubo;
4. 2 casos de latrocínio;
5. 508 casos de lesão corporal dolosa;
6. 8 casos de estupro;
7. 37 casos de estupro de vulnerável; e
8. 6 casos de homicídio doloso.

Do mesmo modo, no ano de 2001, em que se iniciou a série de registros disponíveis no site da Secretaria Estadual de Segurança Pública, do Estado de São Paulo, os dados apontaram o seguinte:

1. 523 casos de furto;
2. 316 casos de furto de veículos;
3. 1.022 casos de roubo;
4. 2 casos de latrocínio;
5. 200 casos de lesão corporal dolosa;
6. 11 casos de estupro;
7. Não informou caso de estupro de vulnerável, e;
8. 80 casos de homicídio doloso, vitimando 82 pessoas.

O que nos permite observar uma crescente nos crimes patrimoniais como furto e roubo, bem como nos casos de violência física e nos casos de

⁸ Maiores detalhes disponíveis no site: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/pesquisa.aspx> - Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

lesão corporal dolosa. Chama ainda atenção a alarmante incidência de casos de homicídios dolosos nos anos de 2001, os quais, segundo os registros, reduziram mais de 90% em 10 anos.

Todavia, referida percepção de segurança apresentada nestes dados não é experimentada pelos moradores do território, como se verá na análise das entrevistas realizadas com as poucas pessoas que se sentiram confortáveis em nos apresentar a própria versão sobre o território e as dinâmicas. Nacionalmente conhecida como "Avenida do Medo", é nesse contexto que se situa a avenida Almirante Delamare.

5.2. Jardins

Como adiantado, outro enfoque de nossa análise se volta à Rua Oscar Freire, situada no que se convencionou chamar de Jardins, região formada pelos bairros Jardim América, Jardim Europa, Jardim Paulistano e Jardim Paulista. Essa localidade é associada ao comércio de luxo e a concentração de pessoas de alta renda na cidade de São Paulo.

Com maiores tentáculos disponíveis sobre a memória, a região que se forja há cerca de 30 anos antes de Heliópolis, diferentemente da primeira, é fruto de estruturado processo de formação do espaço, capitaneado por esforços privados aliados à administração pública.

Mais precisamente, as pesquisas de Silvia Wolff e Roney Bacelli nos revelam que a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*, popularmente conhecida como Cia City, empresa com sede em Paris, constituída em 1910, com a finalidade de aquisição e desenvolvimento urbano, adquiriu aproximadamente 12 milhões de metros quadrados de terras na localidade, o que, segundo Wolff, em 1912 correspondia a 37% do perímetro urbano de São Paulo. Aquisição que teria custado nos valores da época, cerca de 900 mil libras (BACELLI, 2008, p. 55).

Região que, embora nas proximidades da Avenida Paulista, até então, não havia despertado o interesse das camadas mais abastadas.

Neste local, os proprietários da empresa, representantes da elite dominante da época, destacadamente Édouard Fontaine de Laveleye, banqueiro europeu; Victor da Silva Freire, diretor da empresa e também diretor de Obras Públicas da prefeitura; Joseph Bouvard, arquiteto francês consultor de projetos de urbanização; Horácio Belfort, procurador da empresa; Cincinato Braga, advogado; Lord Balfour, governador do Banco da Escócia, o qual também ocupava a presidência da São Paulo Railway; e, outros diretores de empresas então responsáveis pela implantação dos serviços de infraestrutura urbana, como a Light and Power - concessionária dos serviços de energia elétrica e bonde, transporte público da época - articularam a confluência de interesses que seriam determinantes na constituição da arquitetura paulista.

Deste modo, inspirados nas experiências inglesas de Letchworth e Hampstead, mas adaptados à realidade brasileira, a Cia City projetou e comercializou, planejadamente, a construção do Jardim América, ligado à ideia de bairro-jardim, subúrbio-jardim, de autoria de Ebenezer Howard. Seria esse o primeiro empreendimento de sucesso da companhia, que permanece atuante há mais de 100 anos após a gênese.

A fim de atrair, o que se convencionou intitular de elite paulistana, que à época residia na região dos Campos Elíseos, Higienópolis e na região da Avenida Paulista, em 1917 Howard vem ao Brasil, visando iniciar a consolidação dos planos de implantação do Jardim América, região que também tem cerca de 1 milhão de metros quadrados.

O projeto veio acompanhado de estratégia inovadora: seja pelo desenho do loteamento; seja pela minuciosa descrição da conformação das casas, tipo bangalôs e/ou assobradadas, que deveriam ter atenção na construção a reserva de espaços para plantio dos jardins à frente e aos fundos; seja pela intensificada propaganda comercial que a empresa fizera nos jornais da época, buscando vender a ideia de progresso e exclusividade; seja pela forma que se dava a venda dos lotes, visto que se permitia o pagamento parcelado e se financiava a obra.

Ademais, a Cia City reservara para si cerca de 20% da propriedade do terreno originário, espaços que ora serviram de palco para a construção de residências modelo, ora foram calculadamente doados à comunidade que se pretendia formar ou ao poder público, para a construção de áreas de interesse comum, como praças, clubes, sendo exemplo dessa prática a Sociedade Harmonia de Tênis e o Club Athletico Paulistano, ou igrejas, como a Igreja Nossa Senhora do Brasil, espaços que contribuíram na noção de comunidade e de grupo distinto e seletivo que se buscava integrar ao local.

Os terrenos já eram comercializados com arruamento, energia elétrica e próximos às linhas de bondes - meio de transporte público da época. Ou seja, tratava-se de um espaço reservado a um público escolhido.

Pensando na formação social do espaço, é fundamental que olhemos para a composição do Poder Legislativo Municipal e do Poder Executivo à época que se iniciaram tais processos, entendendo que essa representação reflete diretamente nas dinâmicas de poder e influência que determinados grupos têm em detrimento de outros, nas disputas em relação às prioridades sobre o orçamento, investimento público e outras dinâmicas que influenciam diretamente na produção do espaço.

Em 1917, quando se inicia a incursão da CIA City na construção do Jardim América, na Câmara Municipal havia também um processo inaugural, em que, pela primeira vez, o chefe do Executivo Municipal seria escolhido por meio de eleições diretas e não carecia mais do pré-requisito de ser vereador, como acontecia até então. Neste contexto, foi eleito Washington Luís, o qual futuramente viria a ser governador e presidente do Brasil.

Já em 1970, período do surgimento de Heliópolis, em meio a Ditadura Militar, regime autoritário que cerceou - ainda mais - as liberdades democráticas no país, o prefeito à época era Paulo Maluf, indicado diretamente pelos generais que ocuparam a presidência da república no ano anterior.

Quanto à composição do Legislativo Municipal nos anos de 1917 e 1970, temos os seguintes cenários⁹:

Figura 2 - Dados da Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria de Documentação da Câmara Municipal de São Paulo (SGP.3)

Base de dados: **verea**
Total de referências: **1**

1/1

Dados da 9ª Legislatura

Período histórico: De 1892 a 1930
Início da legislatura em 15/01/1917 término em 15/01/1920
Quantidade de Vereadores: 16

Abelardo Alves	Supl.	
Almeirindo Meyer Gonçalves	Ver.	1023 votos
Alvaro Gomes da Rocha Azevedo	Ver.	8482 votos
Antonio Baptista da Costa	Ver.	880 votos
Estanislau Pereira Borges	Ver.	8071 votos
Henrique Benevenuto de Azevedo Fagundes	Ver.	8282 votos
Henrique de Sousa Queiroz	Ver.	7777 votos
Heribaldo Siciliano	Ver.	1298 votos
Joaquim Marra	Ver.	957 votos
Joaquim Pinto Pereira de Almeida	Ver.	7653 votos
José Adriano Marrey Junior	Ver.	1523 votos
José Brasil Paulista Piedade	Ver.	1549 votos
José Maria Passalaqua	Supl.	
João Mauricio de Sampaio Vianna	Ver.	8246 votos
Luiz Antonio Pereira da Fonseca	Ver.	7829 votos
Mario do Amaral	Ver.	723 votos
Raphael Archanjo Gurgel	Ver.	930 votos
Raymundo da Silva Duprat	Ver.	1042 votos

[Retorna]
IAH vrs: 3.1.1 - BIREME

Fonte: Anais da Câmara Municipal de São Paulo (2022).

⁹ ANNAIS da Câmara Municipal. Disponível no link: <https://www.saopaulo.sp.lg.br/memoria/vereadores/>.

Figura 3 - Dados da 6ª Legislatura

1/1

Dados da 6ª Legislatura

Período histórico: De 1948 em diante

Início da legislatura em 01/02/1969 término em 30/01/1973

Quantidade de Vereadores: 21

Ademar de Barros	ARENA	Supl.	18081 votos
Alfredo Martins	ARENA	Ver.	27205 votos
Antonio Sampaio	ARENA	Supl.	20214 votos
Araripe Serpa	ARENA	Ver.	48099 votos
Armando Simões Netto	ARENA	Ver.	23749 votos
Aurelino Soares de Andrade	ARENA	Supl.	15407 votos
Benedicto Rocha	ARENA	Supl.	17880 votos
Caio Sérgio Pompeu de Toledo	ARENA	Supl.	21455 votos
Carlos Eduardo Sampaio Dória	ARENA	Ver.	22677 votos
David Roysen	MDB	Ver.	17688 votos
Edson Tomaz de Lima	MDB	Supl.	14927 votos
Ephraim de Campos	MDB	Ver.	20597 votos
Francisco Mariani Guariba	MDB	Ver.	18437 votos
Horácio Ortiz	MDB	Supl.	14993 votos
Jihei Noda	MDB	Ver.	21747 votos
José Antônio de Oliveira Laet	MDB - ARENA	Ver.	18271 votos
José Freitas Nobre	MDB	Ver.	26879 votos
José Maria Marin	ARENA	Ver.	28207 votos
José Storópoli	MDB	Supl.	14657 votos
José Tinoco Barreto	MDB	Ver.	19393 votos
João Brasil Vita	ARENA	Supl.	18959 votos
João Carlos de Souza Meirelles	ARENA	Ver.	23750 votos
João Mompean Mas	MDB	Supl.	14790 votos
Luiz Gonzaga Pereira	MDB	Ver.	17111 votos
Manoel Martins de Figueiredo Ferraz	ARENA	Ver.	25504 votos
Manoel de Oliveira Sala	MDB	Supl.	16064 votos
Marcos Mélega	ARENA	Supl.	17949 votos
Mario Osassa	ARENA	Ver.	30827 votos
Naylor Teles de Oliveira	ARENA	Ver.	40173 votos
Nelson Guimarães Proença	MDB	Supl.	16187 votos
Oswaldo Giraldes	ARENA	Supl.	15054 votos
Paulo Soares Cintra	ARENA	Ver.	23545 votos
Samir Achôa	MDB	Ver.	18319 votos
Theodosina Rosário Ribeiro	MDB	Ver.	26846 votos
Tibiriça Botelho Filho	ARENA	Supl.	21854 votos
Vicente de Paula Almeida Júnior	ARENA	Ver.	25162 votos

[Retorna]

IAH vrs: 3.1.1 - BIREME

Fonte: Anais da Câmara Municipal de São Paulo (2022).

Importa observar que: O primeiro homem negro eleito para ocupar a Câmara Municipal de São Paulo foi o poeta e presidente-fundador do Conselho Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), Eduardo de Oliveira, no ano de 1963. Antes dele, entre 1947 e 1948, Paulo Lauro ocupou a chefia do Executivo Municipal.

Isto é, os debates que ganharam força e capacidade de mobilização modificadora apenas nos após o ano 2020, com a expressiva eleição de

peças negras e indígenas aos cargos dos poderes legislativo e executivo em todas as esferas, bem com as políticas afirmativas de acesso às carreiras jurídicas, despontam como conquistas reais de modificação de uma história, que aviltou de pessoas negras e indígenas a possibilidade de disputar, em iguais condições, os processos que dizem respeito a própria vida, como é o caso das dinâmicas formativas do espaço urbano.

A esse contexto, vale agregar que a crise econômica de 1929 teve impactos na economia cafeeira, até então vigente em São Paulo, enriquecendo uns e empobrecendo outros, tendo considerável parte desse contingente buscado moradia no novo bairro-jardim que surgia. Entre 1917 e o final da década de 1940, o projeto foi consolidado com êxito.

A região, com o passar dos anos, herdou a ideia de “Novo” Centro, deslocado da região da Sé, transferido posteriormente à Rua Barão de Itapetininga e, por fim, ficando o pé entre a Avenida Paulista e a Rua Augusta, em 1950.

Importante dizer que, entre de 1950 a 1970 ocorre a efervescência da Rua Augusta como *point* da elite, espaço internacionalmente conhecido pelo luxo e exclusividade.

Contudo, a morfologia de alicive da Rua Augusta e a dinâmica de grande fluxo de automóveis contribuíram para que o *status* glamuroso fosse transferido para a irmã perpendicular Oscar Freire, que viu, a partir dos anos 90, com a instalação de marcas de grifes internacionais - como a marca Dior, o impulso e posteriormente chancela da “vocação” ao comércio de luxo.

Em 2005, a Rua Oscar Freire foi eleita, pelo estudo da *Excellence Mystery Shopping International e Market Analysis*, como a oitava rua mais luxuosa do mundo. A Rua Oscar Freire aliou capital público e privado em reestruturação, sendo, em 2006, reformada com a ampliação de calçadas, instalação de bancos, aterramento da fiação elétrica e plantio de árvores para atrair o público.

A literatura, entrevistas, depoimentos e matérias jornalísticas são uníssonos em apontar que a Rua Oscar Freire é um local de sensações e

experiências, fazendo com que marcas e empresas testem primeiramente ali produtos e serviços e, se aprovadas pelo público, replicados são os resultados em outras unidades.

A região dos Jardins, além das lojas voltadas ao comércio de luxo, conta com diversos equipamentos públicos e privados voltados à cultura, à gastronomia, ao esporte, ao lazer e ainda à oferta de outros serviços de interesse público e espaços públicos como o Parque do Ibirapuera (projetado de 1929, inaugurado em 1958), diversas bancas de jornal (serviço em extinção nas periferias) o Museu de Arte Contemporânea - MAC, Parque Trianon, Museu de Arte de São Paulo - MASP, Conjunto Nacional, Instituto Moreira Salles - IMS, Museu de Imagem e Som - MIS, Hospital das Clínicas, Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, o escritório da Presidência do Brasil em São Paulo, Hotel Fasano, Serviço Social do Comércio - SESC Avenida Paulista, entre outros.

Separada pela Avenida Rebouças do bairro mais antigo de São Paulo, Pinheiros, a região também possui desenvolvida infraestrutura de transporte, seja ele público ou privado, com diversas estações de metrô (como Oscar Freire, Paulista e Consolação), corredores de ônibus com a frota funcionando 24 horas por dia - reduzido o efetivo no período noturno; vasta gama de serviços de transporte por aplicativos e pontos de táxi.

Traduzindo tal percurso nas lições de Villaça, cria a elite um novo centro fictício para si, o qual não depende exclusivamente da experiência geográfica do território, mas essencialmente de onde vai referido grupo produzir a autossegregação, menor tempo de deslocamento, melhores terrenos, maior preço da terra, maior infraestrutura, produtos urbanos exclusivos e cobiçados, a despeito das outridades empobrecidas.

Paralela a Rua Oscar Freire, na Rua Estados Unidos, se localiza o 78º Distrito de Polícia - responsável pela investigação de crimes que ocorrem na região dos Jardins que, no ano de 2021 registrou, entre outros crimes:

1. 6.800 casos de furto;
2. 334 casos de furto de veículos;
3. 1.740 casos de roubo;

4. 1 caso de latrocínio;
5. 208 casos de lesão corporal dolosa;
6. 2 casos de estupro;
7. 1 caso de estupro de vulnerável; e
8. 2 casos de homicídio doloso.

Já no ano de 2001, como mencionada acima, quando se inicia a série de registros disponíveis no site da Secretaria Estadual de Segurança Pública, os registros apontavam o seguinte:

1. 2.183 casos de furto;
2. 126 casos de furto de veículos;
3. 1591 casos de roubo;
4. 1 caso de latrocínio;
5. 167 casos de lesão corporal dolosa;
6. 4 casos de estupro;
7. não informou caso de estupro de vulnerável; e
8. 2 casos de homicídio doloso.

Chama atenção o fato de que os crimes patrimoniais se acentuaram de maneira aguda, tanto nos Jardins como em Heliópolis, porém o registro de ocorrência de homicídios dolosos se manteve inalterado no primeiro, isto é, constam 2 casos. Ou seja, em locais que estão a pouco mais de 10 quilômetros de distância um do outro, observamos um retrato muito distinto no número de pessoas que perderam a vida: 80 registros de mortes em Heliópolis e 2 registros de mortes nos Jardins no mesmo período (2001). Fenômeno apontado pelo autor Achille Mbembe como Necropolítica, a dinâmica de morte de uns em detrimento de outros.

Interessa também observar o que revela o Mapa da Desigualdade 2020: o Distrito do Jardim Paulista está entre os que reúnem a menor presença negra, de acordo com os dados do total de 90.588 habitantes, apenas 8,5% se autodeclaram pretos ou pardos. Ainda, 54,9% dessa

população é mulher e 24,8% dessa população é de jovens entre 0 e 29 anos.¹⁰

Embora, geralmente, a região de Heliópolis seja associada à violência, chama atenção a incidência de outra forma de violência no Distrito do Jardim Paulista, a violência racial, apontada pelo mesmo estudo acima referido. Figurando entre os bairros mais hostis à comunidade negra, com um coeficiente de 8,6 de pessoas que foram vítimas de racismo ou injúria racial, o território atingiu a 5ª posição entre os mais discriminatórios do ranking.

5.3. Tinha uma *pedra (ocupação)* no meio do caminho

Entre imóveis comerciais de fachada iluminada, de aparência propositada deteriorada, na encruzilhada, Rua Peixoto Gomide, nº. 1823 com a Rua Oscar Freire, nº. 204, se abriga a ocupação alvo de conturbadas disputas, desde o ano de 2007. Espaço inusitado frente ao padrão arquitetônico dos vizinhos, “uma pedra no caminho”, que parece conflitar com toda a imagética construída em torno desse território.

Morada da resistência para cerca de 200 famílias, que se dividem em quatro andares, nos nove apartamentos do prédio de 1952, intitulada como habitação de “estrangeiros” na badalada rua em questão.

Segundo relatos dos moradores, registrados em diversas matérias jornalísticas, o prédio estaria desocupado desde o ano de 2006, quando teria sido interditado pelo risco de desabamento. O imóvel teria três proprietários, sendo um deles, o proprietário majoritário, o empresário Marcelo Álvaro Moreira do grupo Santa Alice, o qual teria organizado a primeira ocupação propositalmente, em retaliação a negativa de venda dos outros dois proprietários. Desde então o local é alvo de constantes disputas.

¹⁰ Os dados podem ser encontrados no link: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf> - MAPA DA DESIGUALDADE 2020, pgs. 11- 14.

Nos últimos anos, o imóvel foi objeto de constantes ordens judiciais de despejos, que resultaram em novos ocupantes. De acordo com as matérias jornalísticas, já passaram pelo local integrantes da Frente de Luta por Moradia - FLM, Movimento Moradia Trabalhadores - MMT e União dos Sem-teto (UST), movimentos organizados pelo direito à moradia. Ainda, consta que comerciantes e moradores do entorno da ocupação veem com estranheza a presença e os hábitos dos moradores da ocupação, sendo relatado que "a presença deles gera medo e atrapalha os negócios".

Observamos que são frequentes as incursões de moradoras da ocupação com seus descendentes, majoritariamente crianças negras, em busca de auxílio financeiro dos transeuntes, majoritariamente brancos, na Rua Oscar Freire, sentadas próximas à entrada de farmácias, lojas de luxo - como quem parece querer garantir uma eficaz abordagem - ou vendendo balas e panos de prato em restaurantes.

Como já adiantado, a referida ocupação destoa da imagética e estética construída ao longo dos anos na região, que fora desde os primórdios voltada à população de alta renda.

Aspectos que parecem refletir substancialmente sobre os territórios, que constituem o objeto dessa pesquisa, não nos parece fruto do acaso que o território socialmente visto como nobre, mantenha uma presença escassa de pessoas negras, como indicado anteriormente pelo Mapa da Desigualdade, o que tem reflexos nas dinâmicas de exercício de poder e compreensão do pertencimento nestes territórios.

O que nos permite pensar sobre processos de morte física e simbólica, para quem está fora dos limiares da *autossegregação caucasiana-bandeirante-tupiniquim*, haja vista que morar no "novo" centro produzido, é sinônimo de melhores oportunidades e maior qualidade de vida. A começar pelo tempo disponível, ao qual Villaça chama de dominação urbana pelo tempo, visto que os postos de trabalho das camadas mais pobres estão próximos às residências dos mais ricos, os quais produzem uma cidade que atenda às suas próprias demandas moradia, serviços, saúde, lazer, cultura e esporte, em curtos espaços de tempo e/ou de fácil e

rápida locomoção com o caso dos moradores de Alphaville e Granja Viana. Qual a cor dessa cidade?

Problemáticas as quais se tentou invisibilizar historicamente, na tentativa de ocultar as desigualdades estruturais que nos atravessam, são como se regurgitassem, no presente, o desejo de viver sob a luz constitucional que preceitua a vida digna e o bem-estar social como Direitos Fundamentais, portanto, inalienáveis, inegociáveis, como a vida de quem lá habita.

6. Escrevivências do Côncavo Convexo: O EU, que é *nóis*, no espelho e neste chão

Os atravessamentos e trocas que apresentamos a seguir foram centrais nas análises que se propõe neste trabalho, já que acreditamos no conhecimento *indigente*, forjado nas ruas, que toma posse epistemológica, subindo à plenária acadêmica, demarcados pelos olhos da raça anastácia.

Deste modo, fiz andanças pelos territórios em análise, os quais transbordam nos corpos das depoentes e o constituem, buscando coletar os fragmentos da história presentes no discurso e nas vivências dessa gira insurgente.

Importante destacar que as facetas de silêncio se fizeram muito mais evidentes em Heliópolis, quando ao menos seis pessoas abordadas na Avenida Almirante Delamare se recusaram a compartilhar suas perspectivas. Não estava dito pela boca, mas o corpo, expressava o incômodo, implorava por minha partida, penso que vozes atemorizadas de represálias, território em que a liberdade plena não chegou ou laborado por uma dialética a mim ainda não permitida.

O intuito desta investigação foi buscar nas corporeidades transeuntes e residentes, negras e não negras, particularidades e subjetividades agregadoras ou subversivas da narrativa achada nos registros oficiais.

Elaborei, então, as perguntas que seguem e me coloquei em movimento nos territórios, em dias e horários variados, ao longo de um ano de pesquisa de campo. Minha presença foi inicialmente para observar e refletir a tipologia dos territórios e os entornos, passando às entrevistas que foram aprimoradas através da troca.

Antes, porém, deponho, vertendo-me objeto-sujeita

“Mil nações. Moldaram minha cara. Minha voz. Uso pra dizer o que se cala. O meu país. É meu lugar de fala.” (Elza Soares, O Que se Cala).

Curiosamente, dadas as possibilidades e oportunidades que surgiram de minhas relações pessoais e profissionais, a Rua Oscar Freire me é bastante familiar. Hoje resido a cerca de seis minutos de caminhada do trecho da Rua que é objeto dessa análise e a constância em desafiar o “não lugar” com minha presença preta, criou no meu íntimo algum pertencimento. Anos antes ir à Rua Oscar Freire, exigia um rigor de mim e de quem me acompanhasse, em especial se fosse gente preta. Um rito de pensar a roupa, a maquiagem, a postura, temendo que a violência racista manifestada no olhar se materializasse também na nossa carne.

Minha primeira incursão na Rua Oscar Freire aconteceu em 2018, quando fui encontrar com Taís Araújo, para um jantar em que falamos da construção de sua personagem na série Aruanas, em que ela interpretava uma advogada, negra e ativista, como eu. Me recordo de descer do metrô, que leva o mesmo nome da rua e ficar perplexa com as lojas iluminadas e com as fachadas em vidro, que permitiam ver tudo que se passava por dentro.

Hoje, gosto de frequentar os estabelecimentos da região, levando minha dinastia preta de trabalhadoras domésticas aposentadas e minhas afilhadas pardas, estas correm pelos quarteirões na certeza de que estão também em casa. A observação desses últimos anos e a consciência crítica me fizeram abandonar o “rito para adentrar”. Hoje, é um prazer andar de chinelo, cruzar a Rebouças e voltar para casa a pé, quando geralmente vou “inquirida” por olhares que perguntam aonde vou, como quem diz: “a entrada do metrô é aqui, você ultrapassou os limites territoriais para gente como você (como nós)”.

Por aqui, as coisas mais simples são importantes atos políticos, como tomar um drinque no meio da tarde no G&T, estabelecimento que é um misto de bar e restaurante especializado em gin, fazer uma reunião de trabalho no café Santo Grão e cruzar personalidades, até ir ao mercado St Marche comprar alguns itens importados, pelos quais tomei gosto, para preparar o jantar. Cruzar com minha corporeidade negra nos olhos de outro alguém é sinônimo de algumas coisas:

(i) O olhar de cumplicidade pela alegria de me ver ali, quando coisas simples como caminhar pela rua, sendo eu uma mulher preta soa como uma afronta;

(ii) O olhar de reprovação, acompanhado de investigações ao meu entorno, na busca de justificar a minha presença, no imaginário da babá, da trabalhadora doméstica (cuidadora) ou ainda como acompanhante de alguma figura masculina branca, a qual pudesse “legitimar” minha circulação;

(iii) Ou, ainda, o olhar de deboche que refuta a minha presença, acompanhado de um leve riso, como quem diz seu “lugar” não é aqui.

De outro lado, não sei ao certo quando foi a primeira vez que atravessei a Avenida Almirante Delamare, mas a passagem que marcou aquela presença foi quando em 2017, após deixar a casa de minha cunhada na favela de Heliópolis, presenciei um assalto a bordo de meu primeiro carro, comprado no dia anterior, ainda sem seguro. Lembro-me de encolher o corpo abaixo da linha da visão dos vidros do carro e pedir ao meu companheiro que dirigia que acelerasse o carro, receosa de que fôssemos as próximas vítimas.

Outras incursões pela Avenida Delamare e os entornos ocorreram nos trajetos de ida e vinda da casa de minha sogra, moradora da favela de Heliópolis. Muita gente ativa e jovem pelas ruas, essas que cambiam o tinido a cada quadra são funk, forró, sertanejo, entre outros estilos musicais. Entre as casas, em que as paredes se abraçam, formando quase que só um corpo, são raros os espaços de sociabilidade, então o baile acontece na rua. Calçadas, quando existentes, são disputadas pelos pedestres e por moradores do local, que muitas vezes fazem dela o próprio quintal, dado o não raro pequeno espaço interno nas residências, majoritariamente multifamiliares. Entre as vielas, chama a minha atenção uma faixa na rua com os dizeres “Quem der grau, leva um pau”, alertando os motociclistas sobre potenciais represálias, em caso de manobras mais arriscadas.

Restaurantes, lojas de conveniência e bancos e, recentemente, uma calçada acessível se instalou na principal Avenida de Heliópolis, a Estrada das Lágrimas. Caminho que leva moradoras e moradores da comunidade ao terminal Sacomã.

Frequento Heliópolis há cerca de 7 anos, mas não conheço a totalidade do território, dada a extensão e as dinâmicas internas, como um rígido *código de posturas e pertencimento*, que não franquiam o trânsito e o acesso de quaisquer pessoas. Nas conversas com moradores, fui apresentada à dinâmica do “pedágio social”, que não lhes permite sair de casa com qualquer roupa, sem estar sujeito aos comentários dos vizinhos ou, ainda, que questões consideradas ali desvio de conduta são levadas a uma instância interna de julgamento e, quando o caso, execução da pena. Segundo esses mesmos relatos, olhares e posturas equivocadas podem custar a vida, “tem que ter proceder”.

Na rua vizinha à Avenida Almirante Delamare, na Rua Comandante Taylor, de tipologia tão semelhante que chegar a confundir, instalou-se, no ano de 2022, o estabelecimento comercial GULA, restaurante muito frequentado por moradores e por pessoas externas à comunidade. Não é rara a formação de fila frente ao local.

Além das problemáticas concretas como a ausência de coleta de lixo, a falta de acessibilidade, a sensação de insegurança, busquei compreender essencialmente a Avenida Almirante Delamare a partir das pessoas, guarnecidas de uma áurea de luta e resistência, que me inquieta e conforta. Superados estigmas, forjou-se aqui, indubitavelmente, um quilombo urbano, comunidade no sentido mais estrito da palavra.

A fim de trazer diversidade de olhares e perspectivas, os perfis buscados para as entrevistas foram os de pessoas que possuíssem vínculos e/ou relações com os territórios: moradores; trabalhadores e/ou

proprietários de estabelecimentos; e, transeuntes eventuais. Pessoas têm entre 18 e 21 anos; 29 e 40 anos; 55 e 75 anos.

As identidades das pessoas respondentes serão preservadas, adotamos então abreviações em lugar de seu nome e/ou pseudônimos. As perguntas elaboradas foram pensadas a fim de captar as percepções a respeito da relação dessas pessoas dentro e fora dos territórios, objetivando o seguinte roteiro:

Nome completo

Idade

Autodeclaração étnico racial

Identidade de gênero

Orientação sexual

Profissão

Formação

Renda média mensal

- Qual a sua relação com o território? Trabalho, residência e/ou lazer?
- Como você se sente aqui nesta Rua? Ao que você associa esse local?
Ao que te remete este local?
- Como você definiria essa Rua/Avenida?
- Conhece ou já ouviu falar sobre a Avenida Almirante Delamare/ Rua Oscar Freire?
- Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e por quê?
- Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?
- Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?
- Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?

- Na sua opinião, em que local da região circulam as maiores oportunidades de negócios, trabalho e educação?
- Qual o meio de transporte mais utilizado por você?
- Sua moradia é própria, alugada ou cedida?
- Quanto tempo você leva para chegar ao trabalho?
- Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?
- Você fala quais idiomas?
- Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).
- De onde vem sua fonte de renda? Assalariado, empresário, rentista, trabalhador informal, desempregado.
- Quantas horas dorme por dia?
- Onde vai quando quer se divertir?
- Você se interessa por política?

Analisando as respostas do território de Heliópolis é interessante observar a ambivalência da sensação de segurança e insegurança, o sentimento de pertencimento das pessoas respondentes, as dificuldades e preconceitos que enfrentam e enfrentaram ao longo de suas trajetórias nas relações além-quebrada, bem como sua perspectiva crítica sobre relações raciais e a política.

Como vemos nos seguintes trechos:

(Eu): Como você se sente aqui nessa avenida? Ao que você associa esse local? Ao que te remete este local?

(CMJ): - Eu conheço bem, me sinto em casa, porém ela é uma rua perigosa para motoristas. Hoje tem muito comércio, mas até um passado recente tinha muita festa, muita confusão e tinha alguns perigos se você vinha de carro para cá. Eu definiria ela como uma avenida um pouco escura, hoje não tem mais delegacia militar, diminuíram o tamanho da delegacia e

mudou para o começo da avenida, dependendo do horário um pouco insegura.

(Eu): Como você se sente aqui nesta Rua? Ao que você associa esse local? Ao que te remete este local?

(WT): - Me sinto no lugar certo, sem mentiras ou falsidade, me sinto confortável, como uma criança quando reencontra sua mãe depois de ficar o dia todo longe dela.

(Eu): Como você definiria essa Rua/Avenida?

(WT): - A rua que eu cresci foi construída em um antigo campo de futebol, ela é formada por 3 ruas, conhecida como a rua do campo, ela não é muito grande, uma viela, eu sempre brincava na rua e sempre tem crianças brincando e adultos passando ou conversando na rua, tipo essas ruas de cidade interiorana, eu amo isso!!! o cheiro da comida que sai das casas, paira sempre no ar, bolo, assado, feijão<3 eu amo demais, o cheiro de roupa saindo da máquina. Como as casas são grudadas uma na outra, esses cheiros ficam no ar, como se você estivesse participando do almoço ou janta dos seus vizinhos.

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto da sua vida? Se sim, qual seria esse aspecto e por quê?

(CMJ): - Eu, na juventude, demorei muito para arrumar emprego. Eu, não podia falar que morava em Heliópolis, porque era muito difícil arrumar trabalho, tinha muito preconceito. Eu não sei o que eles (empregadores) achavam.

(Eu): Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?

(CMJ): - Sim, existe racismo no Brasil, já fui alvo muitas vezes de situações racistas, desde perseguição em lojas, supermercados, xingamentos nos tempos de escola, tive minhas características físicas alvo de chacota como boca, cabelo e nariz. Não me considero uma pessoa racista. Sou um homem negro de pele clara, e, portanto, não posso ser racista.

(Eu): Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(CMJ):- Sim, por morar em Heliópolis perdi muitas oportunidades de empregos, precisava mentir meu local de moradia e só consegui meu primeiro emprego com registro ao apresentar um comprovante de endereço de fora da favela. Já sofri violência, não provocada, por parte da polícia militar, eu jogava bola nas ruas perto de casa e algumas vezes que a polícia aparecia furava a bola, dava tapa na cabeça.

(Eu): Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(WT):- Sim, sofri mais na adolescência quando eu estava procurando empregos normais, sempre que eu falava que era do Heliópolis eu era colocada no final da fila dos candidatos ou "amigos" que não nasceram em favela, pedindo para eu comprar drogas, achando que eu sou foguete (pessoa que busca drog) ou perguntando se eu conheço o traficante do bairro, perguntando se eu não consigo pegar mais em conta as drogas, ou por familiares de amigos ou namorados (as) que sempre me olhavam torto ou não me deixavam circular na casa por achar que eu roubaria a casa ou levaria o seu filho, neto ou sobrinho para o mau caminho.

(Eu): Você já foi abordado(a) pela polícia?

(WT): - Sim, em todas as vezes fui desrespeitada e agredida verbalmente e física.

(Eu): Você se interessa por política?

(WT): - Sim!! Não tenho outra opção, meu corpo é político, minha família é política, se eu não me interessar por isso, a tendência é só piorar minha vida.

(Eu): Você se interessa por política?

CMJ: - Me interesse por política sim, porque a cada dia que a gente vai envelhecendo e vendo a transformação do mundo, é importante acompanhar a política e entender dela, a cada necessidade que a gente tem

a gente se aproxima mais de política. Então sempre que é preciso eu acompanho.

Outro dado relevante revelado pelas pessoas respondentes trata-se da autosegregação, fato presente e preocupação futura, dados os casos de racismo e discriminação. Quando olhamos ainda para as principais preocupações encontraremos nas respostas das pessoas negras encravadas neste território a incerteza da integridade física e subsistência.

(Eu): Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?

(WT): - Conseguir ter saúde mental para chegar na minha terceira idade sem pensar em me matar ou ter estrutura (um trabalho que eu não precise lidar com a branquitude) para não precisar viver o sistema racista que vivemos atualmente.

(Eu): Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?

CMJ: - Em primeiro lugar ter um emprego, em segundo não passar fome e por último conseguir me formar em direito.

(Eu): Você já foi abordado(a) pela polícia?

CMJ: - Sim. Até hoje tenho medo da rota e das forças policiais, mesmo sem dever nada a eles. Depois que eu parei de cortar meu cabelo careca fui parado menos vezes pela polícia.

(Eu): Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?

(WT): - Sim, mas todos com recursos reduzidos e lotados de jovens. Existe uma ONG que cuida do bairro, mas eu acho que é tudo balela, eles fingem que ajudam e eu finjo que aprendo, tipo isso.

No que se refere às pessoas respondentes no território dos Jardins, é muito interessante observar as imbricações evidentes de raça e renda. Na conversa com uma mulher negra e jovem residente da Rua Oscar Freire é notório o seu diferencial acadêmico e profissional, que possibilitam a ela residir em um dos metros quadrados mais caros da cidade:

(SNP): - Renda média mensal: 30.000 reais mensais (assalariado) + Renda adicional com a consultoria.

(SNP): - Formação: Mestre em ADM.

(Eu):Você fala quais idiomas?

(SNP): - 3 idiomas fluentes (Português, Inglês e Espanhol) e 2 intermediários (Alemão e Francês).

O acesso educacional diferenciado das pessoas negras respondentes em Heliópolis e uma alta renda - cerca de quatro vezes mais do que as pessoas respondentes em Heliópolis, negra e não negras - considerado o salário-mínimo no Brasil, que em janeiro de 2023 é de pouco de 1300 reais, não impediram que essa mesma mulher preta fosse vítima de racismo:

(Eu):Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(SNP): - Sim. Já sofri inúmeras discriminações por morar na Oscar. Situações muito corriqueiras é de não ser percebida como cliente das lojas da Oscar Freire. É raro algum vendedor ir diretamente me atender, eu comumente preciso pedir por atendimento e mesmo assim, há sempre uma cara de desconfiança se eu posso/consigo custear os produtos escolhidos.

A entrevistada SNP complementa:

- E as mais agressivas, foi ser barrada por mais de uma vez no meu próprio prédio. Uma situação muito marcante, foi a recepcionista me deixar por 40 minutos na rua, literalmente na rua, porque ela não me deixou acessar nem a recepção do prédio, porque ela não estava lembrando de mim e não estava achando o meu cadastro de morador. E quando uma amiga que iria jantar comigo chegou com o cachorro dela, ela disse que lembrava do cachorro e não de mim. Apenas após o meu parceiro, que é um homem branco, chegar ao prédio que permitiram a minha entrada.

Por fim, SNP aponta que:

- Uma outra situação foi perder uma reserva do salão de festa do condomínio porque o morador precisava assinar a revisão do inventário até 48 horas da data do evento. Quando fui sinalizada do cancelamento, me dirigi até a recepção e falaram que não tinham visto o meu parceiro pra solicitar a assinatura. E após questionar o porque eles não me procuraram já que eu sou a responsável pelo apartamento e passei todos os dias pela

recepção, eles falaram que não me viram. Eu sou uma das raras moradoras que deseja bom dia, boa tarde e boa noite, e mesmo assim eles só estavam à procura do meu parceiro.

Enredo de uma violência autofágica, há um contrato leonino e tácito que acumplicia gente preta em situação de subalternidade, reflexivo que é o racismo, não permite reconhecer em outro corpo preto, possibilidade, poder e acesso.

Violência também está presente no relato da depoente (LAM), mulher branca, transeunte eventual da região dos Jardins, conhecedora de longa data do território:

(Eu):Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?

(LAM): - Não nesta rua exatamente, mas em uma travessa dela. Fui assaltada a mão armada.

(Eu):Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(LAM): - Violência - Muitos episódios de assalto e a maioria com armas.

Discriminação - Já sofri no ambiente corporativo por ser mulher. São assédios morais e diferenciação de remuneração por pares fazendo a mesma função ou inferior.

Mobilidade social, se encontra com a mobilidade urbana. Constituindo ser e não ser. Assim, temos, nos Jardins:

(Eu):Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e por quê?

(LAM): - Sim, ele é determinante porque ele ajuda a definir as escolhas dos locais que você irá definir como pontos de lazer, bem-estar e compras (de toda categoria). Geralmente você concilia os seus hábitos próximos da região ou na própria região em que vive, existe a comodidade e praticidade. Além do trânsito em SP e transporte público, que são caóticos na cidade, então o que você puder fazer próximo da onde mora é muito

melhor. São as escolhas que você tem controle, o que difere por exemplo do trabalho. Esse é um fator que você não pode definir ser próximo a sua casa na maioria das vezes, se for é sorte.

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e por quê?

(SNP): - Sim. Morar nessa região me permite estar próximo a sede do meu trabalho, o que me possibilita ter uma melhor qualidade de vida, pensando em deslocamentos em São Paulo.

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e por quê?

(ACS): - Sim, a segurança é um diferencial para a região, e a localidade se destaca pela natureza.

Em Heliópolis:

(Eu): Você conhece ou já ouviu falar da rua Oscar Freire, o que você ouviu falar sobre ela?

CMJ: - Conheço a rua Oscar Freire. Eu ouvi falar que é uma rua de lojas com roupas caras, eu passei por lá poucas vezes. Eu tinha uma outra visão da rua Oscar Freire, é uma rua bem iluminada, é uma rua bem segura, nunca ouvi falar de nenhum tipo de perigo ali.

(Eu): Qual o meio de transporte mais utilizado por você?

(WT): - Atualmente *uber*, mas o transporte público sempre foi minha única opção quando eu não tinha recursos, mas hoje eu também não saio de casa tanto.

(Eu): Quantas horas dorme por dia?

(WT): - Bem pouco, tenho muita insônia. Às vezes 4, às vezes 6, depende.

7. Nuances conclusivas e perspectivas

Os caminhos, encontros e reflexões feitas ao longo desta pesquisa, buscam apontar caminhos e evidências, gestadas nas encruzilhadas da desigualdade, entre “o lixo e o luxo”, paridas no revolucionário antirracista-decolonial-acadêmico, *Diversitas*. Compreendemos as dinâmicas desiguais que orientaram a produção dos territórios em questão. Cerca de 60 anos separam o surgimento de um e outro, mas, além dos períodos em que despontam, as condições de disputa e de incidência política e econômica de seus atores são completamente distintas. De um lado, a elite paulistana, de outro, ocupantes provisórios do que se consolidou a maior favela de São Paulo. Processos que têm desdobramentos concretos na atualidade.

Esta gira insurgente, que se reivindica acadêmica, desnuda e denuncia a perversidade do racismo, pretérito, moderno e cotidiano, que combinado com as categorias renda e gênero, elege quem pode e não pode ser, quem pode ou não pode estar, quem pode e quem não pode viver.

Com isso, tendo em conta que a população negra no Brasil, após a declaração legal de abolição do processo de escravização, constatou de um lado a omissão estatal, ao não prever e não promover direitos iguais, de outro lado enfrentou a ação do Estado, em aprofundar e manter desigualdades engendradas por meio da criação de leis que cerceiam ou limitavam o exercício de direitos elementares à manutenção da vida, constata-se que a mais de 300 anos iniciou um processo de subalternização das vidas de pessoas negras.

Algumas das problemáticas causadas por esse Processo de Abolição Inconclusa preferiu o Estado Brasileiro não se debruçar na construção de ferramentas efetivas de combate às desigualdades, como a implementação da agenda da reforma urbana, como mecanismo de controle da violência física e simbólica, protagonizadas pelo próprio Estado. Resulta disso o processo de empobrecimento com o qual convivem diuturnamente pessoas negras, enfrentando as mais diversas formas de preconceito e discriminação, os quais estão englobados num sistema maior de exclusão

econômica, cultural e socioespacial.

O Estado Brasileiro reflete ainda, atualmente, os processos de colonialismo e racismo, advindos da construção enquanto nação, reproduzindo comportamentos pré-concebidos a partir da construção de estereótipos, impossibilitando que determinados grupos historicamente marginalizados e não integrados possam gozar com plenitude do direito à vida e à cidade de maneira digna.

Nesse sentido, o respeito aos Direitos Humanos é o alicerce indispensável para a vida do ser humano numa sociedade pautada pelos ideais de liberdade, igualdade e dignidade, uma sociedade que verdadeiramente busque a eliminação de estruturas de exclusão.

Importante lembrar que a busca por tais ideais, marcos de nossa Carta Magna, é responsabilidade de todos os membros da coletividade brasileira, assim não se pode mais permitir que Direitos Fundamentais elementares sejam negados à população negra, não se pode conceber que o racismo continue a perpassar e a estruturar relações de poder e acesso à propriedade.

No entanto, o mero reconhecimento sem a devida implementação de políticas públicas pensadas e construídas com a efetiva participação da comunidade afrodescendente nos parece ineficaz e limitada. É urgente a reversão desse fatídico quadro de negação de direitos, de segregação urbana e social, de interdição da memória e da história de um povo que tanto contribuiu e contribui na formação e no constante desenvolvimento do Estado Brasileiro sem poder beneficiar-se das riquezas deste país.

Demarcações retóricas e burocráticas, iletradas na materialidade da vida cotidiana não servirão a outra coisa senão ao ciclo fecundo e próspero de parir desigualdades. Reitero, medidas incompletas, desarrazoadas, insuficientes, é provável que não o seja despropositadamente.

Logo, a tentativa de limitação da discriminação direta coibida por meio do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, por meio do Estatuto da Cidade, não serão capazes de esgotar as alternativas de

enfrentamento de fenômeno tão complexo quanto o racismo estrutural e estruturante de desigualdades que reverbera direta e indiretamente nas interações sociais racializadas, entendendo a branquitude como território neutro, revestido de superioridade, o que garante a esse grupo social privilégios em detrimento de todos aqueles considerados não brancos.

Evidencia-se nestes escritos a necessidade e a premência de trazer a centralidade dos debates e das soluções os corpos e as vozes insurgentes e dissonantes corporificadas na matéria política da gente preta do Brasil.

Não viveremos em um Estado de Direito enquanto a cor da pele determinar vida e morte, reconhecimento e invisibilidade, respeito e marginalização, propriedade e despejo, liberdade e cárcere. Não deve mais prevalecer a letargia, sejamos nós ativos na produção cotidiana e acadêmica acerca das racialidades e os desdobramentos na sociedade brasileira.

A democracia brasileira é abortada há mais de 500 anos. Trilha que se reinventa na produção social do espaço urbano, segregando pretos e brancos, ricos e pobres, oportunidades e escassez, criatividade e meritocracia, para que se autorize a presença pela metade.

Ficou negrito nas trocas, na revisão bibliográfica e nos encontros com os territórios em questão, que perde toda a sociedade ao não compreender e não fomentar novas formas de sociabilidade, que passam essencialmente por uma nova lógica de produção do espaço urbano, em que silenciados sejam protagonistas das soluções para as quais vivem. Regidos pelo mesmo Estado de Direito, credores da mesma prestação jurisdicional, há que se pagar em reparação, construída com celeridade e intencionalidade, histórica e simbólica.

Entremeios de uma única simbiose urbana, Jardins e Heliópolis, significam e materializam na realidade de seus viventes os frutos de uma estrutural produção desigual do espaço urbano e revertê-la requer, além de tudo, compreender que o racismo sustenta e emoldura as relações pretéritas e futuras, desse modo, o antirracismo deve assumir o protagonismo das discussões e ações que almejem novos paradigmas na

política urbana nacional.

Distopia e fé na construção de uma ciência preta, periférica, autorreflexiva, que acolha e agradeça o olhar, a voz e a pensata de quem inaugura para que todas e todos possamos viver outro devir.

Isto posto, partilha e cooperação me parecem os faróis que despontam possibilidades efetivamente exitosas, modelos e noções que ecoam destes territórios, mas que se refletem simbólica e materialmente nos significantes de Brasil.

Partindo, pois do ponto de chegada, vemos que o caminho para outras possibilidades é uma ponte que permita o trânsito do respeito, da dignidade, da não discriminação, da alteridade em estado bruto. Quem constrói quer morar, quem limpa quer descansar, quem trabalha quer receber, quem produz quer aproveitar, quem vive quer existir.

Pinta-se então um arco íris cor magenta na estrada dessa duas calles e que desfile o que há de mais belo e mais nobre: reciclemos o olhar para o *lixo* e o *luxo*, há muito que se reaproveitar e reposicionar na disputa pela construção dessa cidade, terra afroíndigena.

Oportuno também refletir sobre o papel e a performidade disforme da academia que categoriza alijando, produzindo falácias embaladas em grifes piratas atemporais, acéfalas, quando o fruto dos colóquios *euro-hips* não decanta em solo contaminado de rubro sangue, onde a verborragia se presta a legitimar a intencionalidade da barbárie. Manuais, fórmulas e metodologias desconexas e desconectadas das arenas da vida cotidiana subterrânea. Tão presente como foi o intuito de descobrir e analisar, o resultado desse percurso acadêmico busca além de culpa, quer a responsabilização, a cooperação e agência coletiva para as problemáticas aqui desnudadas, enegrecidas.

Reivindica, portanto, a favela o centro, não como referencial geográfico, pois se basta orgulhosa de seu chão, mas como premissa revolucionária, de tecnologia e de inovação social, referenciais de comunidade, estratégia e resiliência.

Em suma, emancipação e crítica propositiva é a utopia-matéria

desse texto-pesquisa, que não se contenta em ser dogma e se pretende, portanto, instrumento de transformação social na construção de outras possibilidades de vida, de exercício do poder, de pertencimento e de socialidade, entendendo a raça enquanto dispositivo basilar na promoção um olhar e uma prática mais qualificados e completos, dada a complexidade política urbana nacional. Uma produção científico-acadêmica parida por uma sujeita-objeto que tem ousada questionar o “não lugar” e imprimir em primeira pessoa, torrente ancestrais, narrativas-antídoto do epistemicídio.

A periferia, filha indesejada-projetada da cidade, se fez uma herdeira não rancorosa e generosa, quer abundância e direitos para todas as pessoas, liberdade e respeito a alteridade de ser quem se é. Não perdendo de vista que valor e saber são construções históricas e simbólicas e residem na encruzilhada mais improvável, basta apurar o sentir e o olhar.

“Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mains, Marielles, Males”. Não é indulgência: reparação, justiça e liberdade.

8. Referências bibliográficas

[SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 17-25, jan./jun. 2019. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Constituição Legal (Escrita) X Constituição Real (Não Escrita): Introdução ao Estudo da Legalização do Ilegal Motivado pelo Racismo.

130 anos pós-abolição: vivências negras no espaço urbano. São Paulo: IBDU, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. O Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. São Paulo.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDRADE, C.; CARVALHO, C. V. de; SOARES NETTO, P. Horácio Sabino: urbanização e histórias de São Paulo. São Paulo: A&A Comunicação, 2009. 168p.

ANDRADE, C. R. M. de. Barry Parker, um arquiteto inglês na cidade de São Paulo. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 3.nov. 1998.

ANHAIA MELLO, Luiz I. R. de. Regulamentação e expropriação. Problemas de urbanismo. São Paulo: Instituto de Engenharia/ Escolas Salesianas, 1929.

A Questão Habitacional no Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100214. Acesso em 24/mai/2021.

BACELLI, Roney. Jardim América. São Paulo: SMC, 1982. (História dos Bairros de São Paulo).

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5 – Anthropos – homem. Lisboa: Imprensa Oficial, 1985. grifos da autora.

BASTIDE, Roger. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana/Roger Bastide, Florestan Fernandes. - 4. ed. rev. - São Paulo: Global, 2008.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 2007.02, 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo SEAF, 1985).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DF: Senado Federal, 1988. Disponível na internet no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm>. Acesso em 30/nov/2020.

_____. Decreto n. 9.439, de 13 de março de 1912. Concede autorização à City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited, para funcionar na República. DOU: Rio de Janeiro, 13 mar. 1912. p. 3598-3607.

_____. Ministério da Justiça. http://juventude.gov.br/articles/0009/8355/Indice_vulnerabilidade_WEB_Escura.pdf. Acesso em 02/dez/2020.

_____. Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorioda-cpi-do-assassinato-de-jovens> . Acesso em 02/dez/2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=390746> . Acesso 29/nov/2020.

CAMPOS NETO, C. M. Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo negro, 2011, p. 15.

CARTER, H. E. City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited. Report of the Directors [1912]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited, 1913.

_____. City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited. Report of the Directors [1913]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited, 1914.

_____. City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited. Report of the Directors [1914]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited. 1916a [8 maio].

_____. City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited. Report of the Directors [1915]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited., 1916b [13 dez.].

_____. City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited. Report of the Directors [1916]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited., 1917

_____. City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited. Report of the Directors [1917]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limited., 1918.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CIA. CITY. Cia. City, pronta para os próximos 100 anos de história. 2014. Disponível em: <http://www.ciacity.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2015.

COMPANHIA CITY. Catálogo promocional de vendas. São Paulo: Cia. City: [1976].

CORREIO PAULISTANO. Expediente do dia 19 de julho. São Paulo: Câmara Municipal, 23 jul. 1911. p. 4.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0> . Acesso em: 21/abr./ 2022

D'ELBOUX, R. M. M. Os primeiros anos da Cia. City em São Paulo (1911-1915): a revisão de uma lacuna. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 22, E202023pt, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202023pt.

Déficit Habitacional no Brasil. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em 20/mai/2021.

FERREIRA, Pedro Beresin S. A avenida de mil vias: conflito, contradição e ambivalência na modernização de São Paulo (1890-1920). 2017. Dissertação (Mestrado) – FAU-USP, São Paulo, 2017.

GASKELL, M. "The Suburb Salubrious": Town Planning in Practice. In: SUTCLIFFE, A. (org.). *British Town Planning: The Formative Years*. Leicester: Leicester UP, 1981.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b.

_____. "A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social". *Raça e Classe*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

_____.; HALSENBALG, Carlos. *Lugar de negro (Coleção 2 pontos)*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

_____. "Nanny". *Humanidades*, Brasília, v. 17, ano IV, p. 23-25, 1988c. *986 Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): setembro-dezembro/2014.

_____. *Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África*, 2018. GONZALEZ, Lélia. A categoria-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988.

HAWTREE, M. The Emergence of the Town Planning Profession. In: SUTCLIFFE, A. (org.). *British town planning: The Formative Years*. Leicester: Leicester UP, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, João Baptista de. Congresso Universal das Raças. Rio de Janeiro: s.n. 1912.

LANCÉ A LONDRES... L'Étoile du Sud, Rio de Janeiro, 3 dez. 1911. Notícias financières.

LEPETIT, Bernard. É possível uma hermenêutica urbana? In: Por uma nova história urbana; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana A. Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.

LOMBROSO, Cesare. 1885-1909 O homem delinquente. Tradução Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2016.

LORD BALFOUR OF BURLEIGH. Proceedings at the First Ordinary General Meeting [1912]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited. 1913.

_____. Proceedings at the Second Ordinary General Meeting [1913]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, 1914.

_____. Statement Regarding the Proposed Resolutions Submitted to the Holders of 6 Per Cent 1st Mortgage [w/ proceedings of 1914]. London: City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, 1915.

MAPA DA DESIGUALDADE 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-MAPAS-site-1.pdf> . Acesso em 2.fev.2021.

MARINS, Paulo C. G. Um lugar para as elites: os Campos Eliseos de Glette e Nothmann. In: LANNA, A. L. D. et al. São Paulo. Os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2012.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MBEMBE, Achille. CRÍTICA DA RAZÃO NEGRA. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.36, p. 83-104,

dez.2009. Disponível em: <
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf>.
Acessado em 28.fev. 2020.

MILLER, M. Barry Parker: before and after Jardim America. In: 15th IPHS CONFERENCE. São Paulo: IPHS/FAUUSP/FAUUPM. [2012].

MUNANGA, Kabengele. e GOMES, Nilma Lino (orgs). O negro no Brasil de hoje. - São Paulo: Global, 2006. - (coleção para entender).

_____. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negra Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

OELSNER, A. C. (org.). Engineers Dept. Weekly Reports 1912-1923. São Paulo: City of S. Paulo Improvements & F. L. Co. Ltd., 1923.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 133, p. 413-431, dez. 2018, p. 417.

PAULA, Zueneide Casagrande de. A cidade e os Jardins: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986). São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Nós, 2017.

PIERSON, Donald. Habitações de São Paulo, estudo comparativo (Jardim América, Pacaembu, Higienópolis).Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v. LXXXI, 1942.

PRESTES MAIA, Francisco. São Paulo Metrôpole do século XX. São Paulo: Empresa de Publicações Associadas, 1942.

REALE, Ebe. Brás, Pinheiros, Jardins – três bairros. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982.

REIS, Vilma. Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações de 1991 a 2001. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2005.

RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. Racismo estrutural e aquisição da propriedade: uma ilustração na cidade de São Paulo. 1ª edição. Anna Lyvia Custódio Ribeiro - São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Relatório de 1911 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Sr. Raymundo Duprat. São Paulo: Vanorden, 1912. 81p.

SANTOS, S. Boaventura. Pela Mão de Alice. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 6ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SEGAWA, H. M. Prelúdio da metrópole. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
SIMÕES JR., J. G. Anhangabaú: história e urbanismo. 1995. 220p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. G. A urbanística germânica e sua influência na construção dos paradigmas do urbanismo no Brasil (1870-1920). São Paulo, 2009. p. 1-21.

SILVA, Denise Ferreira da. Dívida Impagável: Lendo Cenas de Valor Contra a Flecha do Tempo, p.167.

SIMONI, L. N. O arruamento de terras e o processo de formação do espaço urbano no município de São Paulo. 1840-1930. 2002. 294p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SOUZA, Juliana. Torrente Ancestral, Vidas Negras Importam?: inquietações racializadas de uma mente preta dissonante/ Juliana Souza. - - São Paulo: Matrioska Editora, 2021. - - (Leituras críticas importam; 1/ coordenação Álvaro de Azevedo Gonzaga).

SOUZA, Maria Cláudia Pereira de. O capital imobiliário e a produção do espaço urbano: o caso da Companhia City. Dissertação (Mestrado) – FGV/EAESP, São Paulo. 1988.

SOUZA, Neusa Santos.(1983).Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal.

TELLES, Edward E. Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THE BRAZILIAN REVIEW. San Paulo Improvements. Company Meetings, Rio de Janeiro: San Paulo Improvements, p. 595-596, 10 jun. 1913.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. . São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute. . Acesso em: 06 jan. 2023. , 2001

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, 25(71), 37-58. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597>. Acesso em: 04 jan. 2023. , 2011.

TOLEDO, B. L. de. São Paulo: três cidades em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

ZUQUIM, Maria de Lourdes; MAZO, L. M. S. (Org.) ; MAUTNER, Y. M. M. (Org.) . Barrios populares Medellín: favelas São Paulo. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, 2017. v. 1. 310p .

WOLFF, S. F. S. Jardim América: O Primeiro Bairro-jardim de São Paulo e Sua Arquitetura - 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015..

_____. Refletindo sobre a preservação do legado do Jardim América. Resenhas Online, ano 16, abr. 2016. Disponível em: www.vitruvius.com.br . Acesso em: 18 mai. 2022

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

9. Referências Artísticas

Elza Soares. O Que Se Cala. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5ypEw_9BFfQ. Acesso em: 5 jan. 2023.

Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. História Para Ninar Gente Grande. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

10. Anexos

Entrevistas na íntegra

Respondentes - Avenida Almirante Delamare - Heliópolis

- Respondente 1: CMJ

Data da entrevista: 28/12/2022

Categoria: Transeunte eventual:

Nome completo: (CMJ)

Idade: 36 anos

Autodeclaração étnico racial: Preto

Identidade de gênero: Homem cisgênero

Orientação sexual: Heterossexual

Profissão: Educador Social

Formação: Estudante de direito

Renda média mensal: R\$3.000,00

(Eu): Qual sua relação com a avenida Almirante Delamare? Você trabalha, mora ou passa por aqui?

CMJ: *Eu passo por aqui para chegar à rua Silva Bueno, local de comércio mais próximo da região, também tenho familiares por aqui.*

(Eu): Como você se sente aqui nessa avenida? Ao que você associa esse local? Ao que te remete este local?

CMJ: *Eu conheço bem, me sinto em casa, porém ela é uma rua perigosa para motoristas. Hoje tem muito comércio, mas até um passado recente tinha muita festa, muita confusão e tinha alguns perigos se você vinha de carro para cá. Eu definiria ela como uma avenida um pouco escura, hoje não tem mais delegacia militar, diminuíram o tamanho da delegacia e mudou para o começo da avenida, dependendo do horário um pouco insegura.*

(Eu): Você conhece ou já ouviu falar da rua Oscar Freire, o que você ouviu falar sobre ela?

CMJ: *Conheço a rua Oscar Freire. Eu ouvi falar que é uma rua de lojas com roupas caras, eu passei por lá poucas vezes. Eu tinha uma outra visão da rua Oscar Freire, é uma rua bem iluminada, é uma rua bem segura, nunca ouvi falar de nenhum tipo de perigo ali.*

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto da sua vida? Se sim, qual seria esse aspecto e por quê?

CMJ: *Eu, na juventude, demorei muito para arrumar emprego. Eu, não podia falar que morava em Heliópolis, porque era muito difícil arrumar trabalho, tinha muito preconceito. Eu não sei o que eles (empregadores) achavam.*

(Eu): *Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?*

CMJ: *Sim. Principalmente muitos assaltos à veículos.*

(Eu): *Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?*

CMJ: *Sim, existe racismo no Brasil, já fui alvo muitas vezes de situações racistas, desde perseguição em lojas, supermercados, xingamentos nos tempos de escola, tive minhas características físicas alvo de chacota como boca, cabelo e nariz. Não me considero uma pessoa racista. Sou um homem negro de pele clara, e portanto não posso ser racista.*

(Eu): *Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?*

CMJ: *Sim, tem a escola EMEF Luiz Gonzaga do Nascimento Jr, tem creches, tem o Hospital Heliópolis e tem o museu do Ipiranga.*

(Eu): *Na sua opinião, em que local da região circulam as maiores oportunidades de negócios, trabalho e educação?*

CMJ: *Na rua Silva Bueno, pois é uma rua de comércio, o bairro do São João Clímaco e o município de São Caetano do Sul.*

(Eu): *Qual o meio de transporte mais utilizado por você?*

CMJ: *ônibus e metrô.*

(Eu): *Sua moradia é própria, alugada ou cedida?*

CMJ: *é própria.*

(Eu): *Quanto tempo você leva para chegar ao trabalho?*

CMJ: *1 hora e 20 minutos*

(Eu): *Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?*

CMJ: *Em primeiro lugar ter um emprego, em segundo não passar fome e por último conseguir me formar em direito.*

(Eu): *Você fala quais idiomas?*

CMJ: *apenas português, mas pretendo aprender inglês.*

(Eu): *Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).*

CMJ: *Sim, por morar em Heliópolis perdi muitas oportunidades de empregos, precisava mentir meu local de moradia e só consegui meu primeiro emprego com registro ao apresentar um comprovante de endereço de fora da favela. Já sofri violência, não provocada, por parte da polícia militar, eu jogava bola nas ruas perto de casa e algumas vezes que a polícia aparecia furava a bola, dava tapa na cabeça.*

(Eu): *De onde vem sua fonte de renda? Assalariado, empresário, rentista, trabalhador informal, desempregado.*

CMJ: *Sou educador social e meu trabalho vem dessa função.*

(Eu): *Quantas horas dorme por dia?*

CMJ: *Numa noite de sono normal durmo cerca de 6 ou 7 horas, por causa dos compromissos. Final de semana gosto de dormir bastante.*

(Eu): *Onde vai quando quer se divertir?*

CMJ: *Vou na casa dos amigos, visito meu pai, na casa da sogra, visito as crianças da família, visito minha irmã ou assisto séries ou toco música.*

(Eu): *Você se interessa por política?*

CMJ: *Me interessa por política sim, porque a cada dia que a gente vai envelhecendo e vendo a transformação do mundo, é importante acompanhar a política e entender dela, a cada necessidade que a gente tem a gente se aproxima mais de política. Então sempre que é preciso eu acompanho.*

(Eu): *Você já foi abordado(a) pela polícia?*

CMJ: *Sim. Até hoje tenho medo da rota e das forças policiais, mesmo sem dever nada a eles. Depois que eu parei de cortar meu cabelo careca fui parado menos vezes pela polícia.*

-
- Respondente 2: **(US)**

Data da entrevista: 30/12/2022

Categoria: Proprietária de estabelecimento

Nome completo: (US)

Idade: 21 anos

Autodeclaração étnico racial: Branca

Identidade de gênero: Mulher cisgênero

Orientação sexual: Heterossexual

Profissão: Empresária

Formação: Estudante de odontologia e empresária do ramo de vestuário

Renda média mensal: R\$2.000,00

(Eu): Qual a sua relação com o território? Trabalho, residência e/ou lazer?

(US): Trabalho.

(Eu): Como você se sente aqui nesta Rua? Ao que você associa esse local?

Ao que te remete este local?

(US): Me sinto segura.

(Eu): Como você definiria essa Rua/Avenida?

(US): A minha loja.

(Eu): Conhece ou já ouviu falar sobre a Avenida Almirante Delamare/ Rua Oscar Freire?

(US): Já ouvi falar já. Que está tendo muito assalto e muito roubo.

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e porquê?

(US): Sim, mas não sei explicar o porquê.

(Eu): Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?

(US): Não.

(Eu): Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?

(US): Sim. Poderia não existir. Não me considero uma pessoa racista.

(Eu): Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?

(US): Tem escola e creches, a escola Batista. Tem o Hospital Heliópolis e a Casa do Adolescente. O museu tem só no Ipiranga.

(Eu): Na sua opinião, em que local da região circulam as maiores oportunidades de negócios, trabalho e educação?

(US): Na Almirante Delamare tem muito comércio.

(Eu): Qual o meio de transporte mais utilizado por você?

(US): Metro.

(Eu): Sua moradia é própria, alugada ou cedida?

(US): É própria.

(Eu): Quanto tempo você leva para chegar ao trabalho?

(US): 10 minutos andando.

(Eu): Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?

(US): Vendas. Me organizar e definir os valores. A questão financeira. Ser mais humana. Aprendi muita coisa trabalhando na área da saúde.

(Eu): Você fala quais idiomas?

(US): Português e espanhol o básico. Já fui intermediário, mas como não pratico acabei perdendo.

(Eu): Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(US): Não.

(Eu): De onde vem sua fonte de renda? Assalariado, empresário, rentista, trabalhador informal, desempregado.

(US): Do meu negócio.

(Eu): Quantas horas dorme por dia?

Observação: Essa pergunta não constava no roteiro no momento da entrevista de (US), foi acrescida posteriormente.

(Eu): Onde vai quando quer se divertir?

Observação: Essa pergunta não constava no roteiro no momento da entrevista de (US), foi acrescida posteriormente.

(Eu): Você se interessa por política?

Observação: Essa pergunta não constava no roteiro no momento da entrevista de (US), foi acrescida posteriormente.

(Eu): Você já foi abordado(a) pela polícia?

Observação: Essa pergunta não constava no roteiro no momento da entrevista de (US), foi acrescida posteriormente.

- Respondente 3: (WT)

Data da entrevista: 20/01/2023

Categoria: moradora

Nome completo: **(WT)**

Idade: 29

Autodeclaração étnico racial: negra

Identidade de gênero: feminino

Orientação sexual: não sei hahaha pansexual talvez

Profissão: diretora de filme / diretora criativa

Formação: ensino médio incompleto

Renda média mensal: 5.000,00

(Eu): Qual a sua relação com o território? Trabalho, residência e/ou lazer?

(WT): Residência e lazer.

(Eu): Como você se sente aqui nesta Rua? Ao que você associa esse local? Ao que te remete este local?

(WT): Me sinto no lugar certo, sem mentiras ou falsidade, me sinto confortável, como uma criança quando reencontra sua mãe depois de ficar o dia todo longe dela.

(Eu): Como você definiria essa Rua/Avenida?

(WT): A rua que eu cresci foi construída em um antigo campo de futebol, ela é formada por 3 ruas, conhecida como a rua do campo, ela não é muito grande, uma viela, eu sempre brincava na rua e sempre tem crianças brincando e adultos passando ou conversando na rua, tipo essas ruas de cidade interiorana, eu amo isso!!! o cheiro da comida que sai das casas, paira sempre no ar, bolo, assado, feijão<3 eu amo demais, o cheiro de roupa saindo da máquina. Como as casas são grudadas uma na outra, esses cheiros ficam no ar, como se você estivesse participando do almoço ou janta dos seus vizinhos.

(Eu): Conhece ou já ouviu falar sobre a Avenida Almirante Delamare/ Rua Oscar Freire?

(WT): sim! conheço as duas ruas

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e porquê?

(WT): Sim, acho que toda a comunidade onde cresci é determinante para construção do meu caráter, dentro das favelas existem várias regras e leis que precisamos cumprir, se vc não seguir isso, vc pode acabar com toda a paz que existe dentro da favela, são regras simples, mas que eu acho que todos na sociedade deveriam cumprir, HUMILDADE, DISCIPLINA E PROCEDER, sem essas pequenas regras eu tenho certeza que eu não teria força ou capacidade de chegar em lugares que cheguei por ter essa sensibilidade da humildade ou a disciplina, que me ajudou a não entrar em qualquer merda que a vida me colocava, ou o proceder, que para mim, é o mais importante, pq não importa a história ou o que vc fez, o certo e o certo e devemos respeitá-lo.

(Eu): Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?

(WT): sim, várias, dentro das favelas só existe violência quando falamos de policias matando os moradores ou o tráfico desviando o caminho dos jovens, mas fora isso, não existe violência sem motivos, ninguém pode sair matando alguém sem motivos, ou roubando, por isso existem as regras, pq sabemos que não devemos nos matar, o sistema político que administra nosso país já fazem isso , dentro das favelas nos ajudamos e evoluímos juntos.

(Eu): Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?

(WT): Sim, eu acredito que nosso país é um dos países mais racista do mundo, último país a libertar seus escravos, último país a criar leis que ajudou a facilitar a evolução do nosso povo, enfim..

(Eu): Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?

(WT): sim, mas todos com recursos reduzidos e lotados de jovens.

Existe uma ONG que cuida do bairro, mas eu acho que é tudo balela, eles fingem que ajudam e eu finjo que aprendo, tipo isso.

(Eu): Na sua opinião, em que local da região circulam as maiores oportunidades de negócios, trabalho e educação?

(WT): As regiões centrais e bairros nobres .

(Eu): Qual o meio de transporte mais utilizado por você?

(WT): Atualmente uber, mas o transporte público sempre foi minha única opção quando eu não tinha recursos, mas hoje eu também não saio de casa tanto.

(Eu): Sua moradia é própria, alugada ou cedida?

(WT): alugada

(Eu): Quanto tempo você leva para chegar ao trabalho?

(WT): trabalho em casa

(Eu): Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?

(WT): conseguir ter saude mental para chegar na minha terceira idade sem pensar em me matar ou ter estrutura (um trabalho que eu não precise lidar com a branquitude) para não precisar viver o sistema racista que vivemos atualmente.

(Eu): Você fala quais idiomas?

(WT): portugues e ingles

(Eu): Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(WT): Sim, sofri mais na adolescência quando eu estava procurando empregos normais, sempre que eu falava que era do Heliópolis eu era colocada no final da fila dos candidatos ou "amigos" que não nasceram em favela, pedindo para eu comprar drogas, achando que eu sou foguete (pessoa que busca drog) ou perguntando se eu conheço o traficante do bairro, perguntando se eu não consigo pegar mais em conta as drogas, ou por familiares de amigos ou namorados (as) que sempre me olhavam torto ou não me deixavam circular na casa por achar que eu roubaria a casa ou levaria o seu filho, neto ou sobrinho pata o mau caminho.

(Eu): De onde vem sua fonte de renda? Assalariado, empresário, rentista, trabalhador informal, desempregado.

(WT): SOU FREELANCER trabalho com criação de video (direção criativa)

(Eu): Quantas horas dorme por dia?

(WT): Bem pouco, tenho muita insônia. Às vezes 4, às vezes 6, depende.

(Eu): Onde vai quando quer se divertir?

(WT): baile funk, parques, teatros, museus, caminhar pela quebrada, andar de skate, ver amigos, sair para comer...

(Eu): Você se interessa por política?

(WT): sim!! Não tenho outra opção, meu corpo é político, minha família é política, se eu não me interessar por isso, a tendência é só piorar minha vida.

(Eu): Você já foi abordado(a) pela polícia?

(WT) Sim, em todas as vezes fui desrespeitada e agredida verbalmente e física.

Respondentes - Rua Oscar Freire - Jardins

- Respondente 1: (ACS)

Data da entrevista: 17/1/2023

Categoria: transeunte eventual

Nome completo: (ACS)

Idade: 35

Autodeclaração étnico racial: branco

Identidade de gênero: mulher

Orientação sexual: heterossexual

Profissão: advogada

Formação: ensino superior

Renda média mensal: até R\$ 1.900,00 por mês

(Eu): Qual a sua relação com o território? Trabalho, residência e/ou lazer?

(ACS): Transeunte eventual.

(Eu): Como você se sente aqui nesta Rua? Ao que você associa esse local?

Ao que te remete este local?

(ACS): Além da tranquilidade e segurança, a Rua Oscar Freire se destaca por ser um centro cultural, gastronômico e principalmente do comércio de luxo. Este local me remete à qualidade de vida.

(Eu): Como você definiria essa Rua/Avenida?

(ACS): Tranquila e protegida.

(Eu): Conhece ou já ouviu falar sobre a Avenida Almirante Delamare/ Rua Oscar Freire?

(ACS): Nunca ouvi falar sobre a Avenida Almirante Delamare.

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e porquê?

(ACS): Sim, a segurança é um diferencial para a região, e a localidade se destaca pela natureza.

(Eu): Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?

(ACS): Não.

(Eu): Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?

(ACS): Sim, infelizmente ainda existe racismo no Brasil. Não me considero uma pessoa racista.

(Eu): Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?

(ACS): Sim.

(Eu): Na sua opinião, em que local da região circulam as maiores oportunidades de negócios, trabalho e educação?

(ACS): Nos bairros da zona oeste de São Paulo.

(Eu): Qual o meio de transporte mais utilizado por você?

(ACS): Metrô.

(Eu): Sua moradia é própria, alugada ou cedida?

(ACS): Alugada.

(Eu): Quanto tempo você leva para chegar ao trabalho?

(ACS): Trabalho em home office ou remoto.

(Eu): Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?

(ACS): Trabalho, saúde e educação.

(Eu): Você fala quais idiomas?

(ACS): Português.

(Eu): Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(ACS): Não.

(Eu): De onde vem sua fonte de renda? Assalariado, empresário, rentista, trabalhador informal, desempregado.

(ACS): Trabalhador autônomo.

(Eu): Quantas horas dorme por dia?

(ACS): 7h/8h

(Eu): Onde vai quando quer se divertir?

(ACS): Casa de amigos, centros culturais ou bares.

(Eu): Você se interessa por política?

(ACS): Sim.

(Eu): Você já foi abordado(a) pela polícia?

(ACS): Não.

-
- Respondente 2: **(SNP)**

Data da entrevista: 19.01.2023

Categoria: moradora

Nome completo: **(SNP)**

Idade: 29 anos

Autodeclaração étnico racial: Preta.

Identidade de gênero: F

Orientação sexual: Heterossexual

Profissão: Gerente de RH

Formação: Mestre em ADM.

Renda média mensal: 30.000 reais mensais (assalariado) + Renda adicional com a consultoria.

(Eu): Qual a sua relação com o território? Trabalho, residência e/ou lazer?

(SNP): Residência e Trabalho.

(Eu): Como você se sente aqui nesta Rua? Ao que você associa esse local? Ao que te remete este local?

(SNP): Em geral a rua me passa uma sensação de segurança física, o que torna prazeroso explorar as ruas ao redor da minha residência a pé. Associo a Oscar a uma região de elite, seja pelas residências e moradores, como também pelas lojas e restaurantes.

(Eu): Como você definiria essa Rua/Avenida?

(SNP): Tradicional.

(Eu): Conhece ou já ouviu falar sobre a Avenida Almirante Delamare/ Rua Oscar Freire?

(SNP): Sim.

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e porquê?

(SNP): Sim. Morar nessa região me permite estar próximo a sede do meu trabalho, o que me possibilita ter uma melhor qualidade de vida, pensando em deslocamentos em São Paulo.

(Eu): Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?

(SNP): Não.

(Eu): Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?

(SNP): Com certeza. Sim, mesmo como uma pessoa preta consigo mapear em mim percepções frutos de uma sociedade racista, no qual eu intencionalmente trabalho para combater em mim e na sociedade.

(Eu): Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?

(SNP): Sim.

(Eu): Na sua opinião, em que local da região circulam as maiores oportunidades de negócios, trabalho e educação?

(SNP): Região da Faria Lima/Vila Nova Conceição e Paulista.

(Eu): Qual o meio de transporte mais utilizado por você?

(SNP): Aplicativo de transporte (Uber).

(Eu): Sua moradia é própria, alugada ou cedida?

(SNP): A propriedade que estou atualmente é alugada, porém sou proprietária de um apartamento na mesma região que será entregue esse mês.

(Eu): Quanto tempo você leva para chegar ao trabalho?

(SNP): Menos de 5 min.

(Eu):Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?

(SNP): Conseguir uma estabilidade financeira, que me permita também ajudar a minha família. Conseguir continuar crescendo no mundo corporativo enquanto executiva. Conseguir estabelecer um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, que não afete minha saúde mental.

(Eu):Você fala quais idiomas?

(SNP): 3 idiomas fluentes (Portugues, Inglês e Espanhol) e 2 intermediários (Alemão e Francês).

(Eu):Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(SNP): Sim. Já sofri inúmeras discriminações por morar na Oscar. Situações muito corriqueiras é de não ser percebida como cliente das lojas da Oscar Freire. É raro algum vendedor ir diretamente me atender, eu comumente preciso pedir por atendimento e mesmo assim, há sempre uma cara de desconfiança se eu posso/consigo custear os produtos escolhidos. E as mais agressivas, foi ser barrada por mais de uma vez no meu próprio prédio. Uma situação muito marcante, foi a recepcionista me deixar por 40 minutos na rua, literalmente na rua, porque ela não me deixou acessar nem a recepção do prédio, porque ela não estava lembrando de mim e não estava achando o meu cadastro de morador. E quando uma amiga que iria jantar comigo chegou com o cachorro dela, ela disse que lembrava do cachorro e não de mim. Apenas após o meu parceiro, que é um homem branco, chegar ao prédio que permitiram a minha entrada.

Uma outra situação foi perder uma reserva do salão de festa do condomínio porque o morador precisava assinar a revisão do inventário até 48 horas da data do evento. Quando fui sinalizada do cancelamento, me dirigi até a recepção e falaram que não tinham visto o meu parceiro pra solicitar a assinatura. E após questionar o porque eles não me procuraram já que eu sou a responsável pelo apartamento e passei todos os dias pela recepção, eles falaram que não me viram. Eu sou uma das raras moradoras que deseja bom dia, boa tarde e boa noite, e mesmo assim eles só estavam à procura do meu parceiro.

(Eu):De onde vem sua fonte de renda? Assalariado, empresário, rentista, trabalhador informal, desempregado.

(SNP): Assalariado, como fonte principal. Recentemente abri uma empresa.

(Eu):Quantas horas dorme por dia?

(SNP): 6 horas.

(Eu): Onde vai quando quer se divertir?

(SNP): Vila Mariana. Pinheiros e Zona Norte.

(Eu): Você se interessa por política?

(SNP): Sim.

(Eu): Você já foi abordado(a) pela polícia?

(SNP): Não.

- Respondente 3: (LAM)

Data da entrevista: 20/01/2023

Categoria: transeunte eventual

Nome completo: (LAM)

Idade: 43 anos

Autodeclaração étnico racial: branca

Identidade de gênero: feminino

Orientação sexual: heterossexual

Profissão: Diretora de Parcerias

Formação: Pós-Graduação

Renda média mensal: 25 mil reais bruto.

(Eu): Qual a sua relação com o território? Trabalho, residência e/ou lazer?

(LAM): Lazer

(Eu): Como você se sente aqui nesta Rua? Ao que você associa esse local?

(LAM): Ao que te remete este local?

Acho um lugar agradável com cunho muito comercial na sua parte mais conhecida além de ter várias residências tb. Para mim, vejo como um lugar de muito comércio e restaurantes.

(Eu): Como você definiria essa Rua/Avenida?

(LAM): Comercial embora na sua outra porção antes da Rebouças seja mais residências.

(Eu): Conhece ou já ouviu falar sobre a Avenida Almirante Delamare/ Rua Oscar Freire?

(LAM): Sim

(Eu): Você acredita que o local onde você mora é determinante para algum aspecto de sua vida? Se sim, qual e porquê?

(LAM): Sim, ele é determinante porque ele ajuda a definir as escolhas dos locais que você irá definir como pontos de lazer, bem estar e compras (de toda categoria). Geralmente você concilia os seus hábitos próximo da região

ou na própria região em que vive, existe a comodidade e praticidade. Além do trânsito em SP e transporte público que são caóticos na cidade, então o que você puder fazer próximo da onde mora é muito melhor. São as escolhas que você tem controle, o que difere por exemplo do trabalho. Esse é um fator que você não pode definir ser próximo a sua casa na maioria das vezes, se for é sorte.

(Eu): Você já presenciou alguma situação de violência aqui na Rua/Avenida?

(LAM): Não nesta rua exatamente, mas em uma travessa dela. Fui assaltada a mão armada.

(Eu): Você acredita que exista racismo no Brasil? Você se considera uma pessoa racista?

(LAM): Não só acredito como tenho total certeza que sim, infelizmente. Eu não me considero, mas esse é um julgamento que eu não posso fazer.

(Eu): Há equipamentos públicos e/ou por perto como escolas, creches, hospitais, museus, teatros?

(LAM): Públicos eu acredito que não. Próximo eu diria apenas o HC (Hospital das Clínicas). Próximo se considerarmos raio de até 2 km, 1, km - Tem Museu, parque sim. Agora se for muito próximo acredito que não.

(Eu): Na sua opinião, em que local da região circulam as maiores oportunidades de negócios, trabalho e educação?

(LAM): Na rua Oscar Freire - ela é uma rua comercial em metade da sua porção. Se olhar por esse prisma negócios e trabalho existem. Educação - não me recordo de nenhuma escola lá. Diria que para esse item há poucas oportunidades.

(Eu): Qual o meio de transporte mais utilizado por você?

(LAM): Veículo próprio

(Eu): Sua moradia é própria, alugada ou cedida?

(LAM): Própria

(Eu): Quanto tempo você leva para chegar ao trabalho?

(LAM): 20 min -30 min depende do trânsito

(Eu): Quais seriam suas três maiores preocupações hoje?

(LAM): Com a cidade de maneira geral - para mim falta educação, saúde e segurança. Para a população em geral acho que são diferentes existe a questão da acesso a comida e moradia.

(Eu): Você fala quais idiomas?

(LAM): Portugues, Inglês e Italiano

(Eu): Já sofreu algum tipo de discriminação e/ou violência por morar aqui? Se sim, pode falar um pouco sobre (que tipo de discriminação/violência).

(LAM): Violência - Muitos episódios de assalto e a maioria com armas. Discriminação - Já sofri no ambiente corporativo por ser mulher. São assédios morais e diferenciação de remuneração por pares fazendo a mesma função ou inferior.

(Eu): De onde vem sua fonte de renda? Assalariado, empresário, rentista, trabalhador informal, desempregado.

(LAM): Autônomo.

(Eu): Quantas horas dorme por dia?

(LAM): 6hs

(Eu): Onde vai quando quer se divertir?

(LAM): Viajar para fora da cidade/ Na cidade - Espetáculos, teatro, shows e restaurantes.

(Eu): Você se interessa por política?

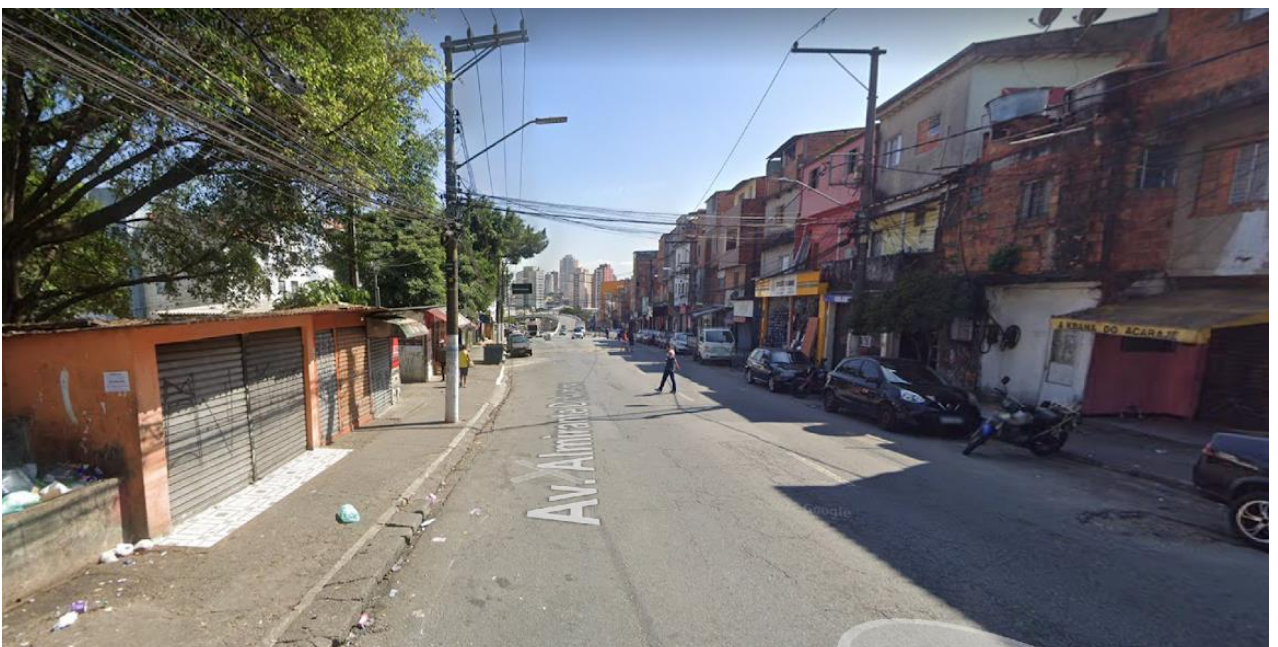
(LAM): Sim

(Eu): Você já foi abordado(a) pela polícia?

(LAM): Apenas a rodoviária. Nunca por policiais militares, civis ou federais.

ANEXO A - FOTOS DE HELIÓPOLIS E ENTORNO

Fonte: G1 (2014)



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

**POLÍTICAS PÚBLICAS
SE FAZEM
COM INFORMAÇÃO**

A população brasileira é formada pela mistura de povos de origem: indígena, africana, europeia e oriental.

Valorizar e reconhecer as próprias origens e identidade racial pode ajudar cada um de nós a formular um projeto de vida.

Para a formulação e execução de Políticas Públicas é igualmente importante conhecer quem são e como vivem os vários segmentos da população brasileira para que suas necessidades de saúde sejam atendidas.

Categorias Utilizadas pelo IBGE

Branca	Descendentes de Europeus ou Ocidentais
Preta	Descendentes de Africanos ou Afro-Brasileiros
Indígena	Descendentes de nativos Indígenas
Parda	Mestiço de pretos com pessoas de outra cor
Amarela	Descendentes de Asiáticos-Orientais (Japonesa, Coreana, Chinesa e outras)

PORTANTO, É IMPORTANTE QUE VOCÊ CONHEÇA E INFORME A SUA ORIGEM RACIAL QUANDO SOLICITADO!

QR CODE

Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



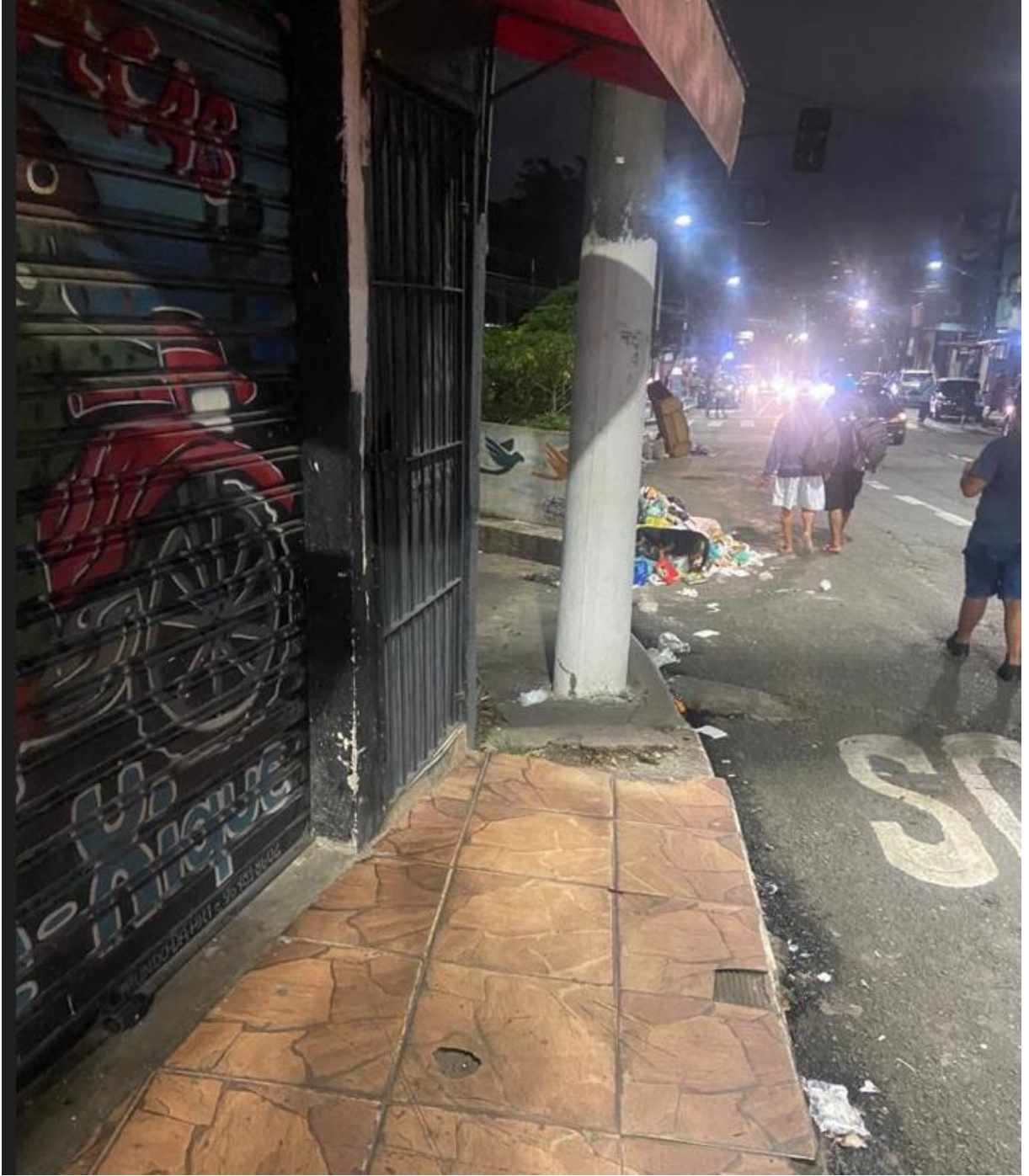
Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

ANEXO B – FOTOS JARDINS E ENTORNO

Fonte: G1 (2017)



Fonte: Google Maps (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



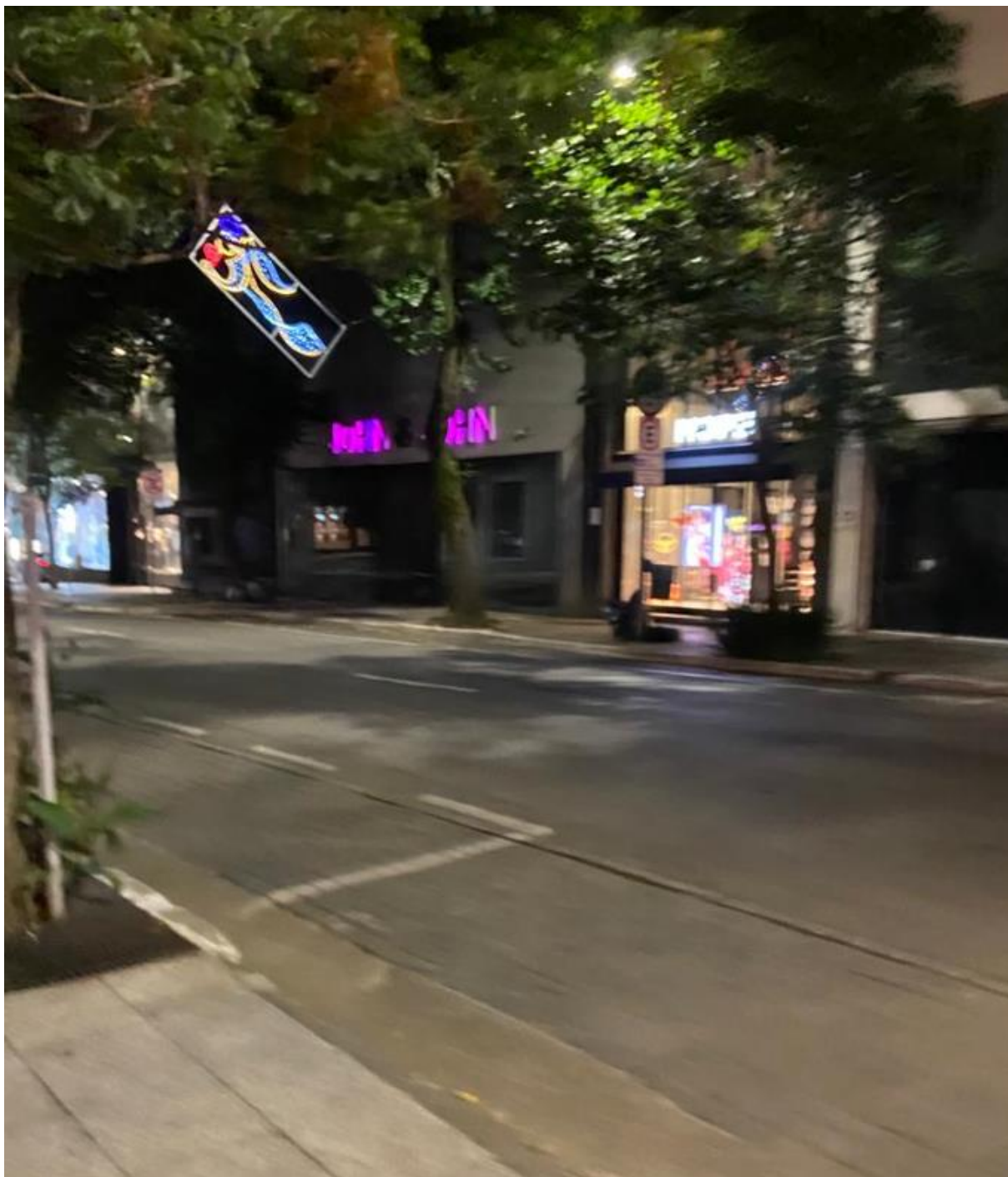
Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



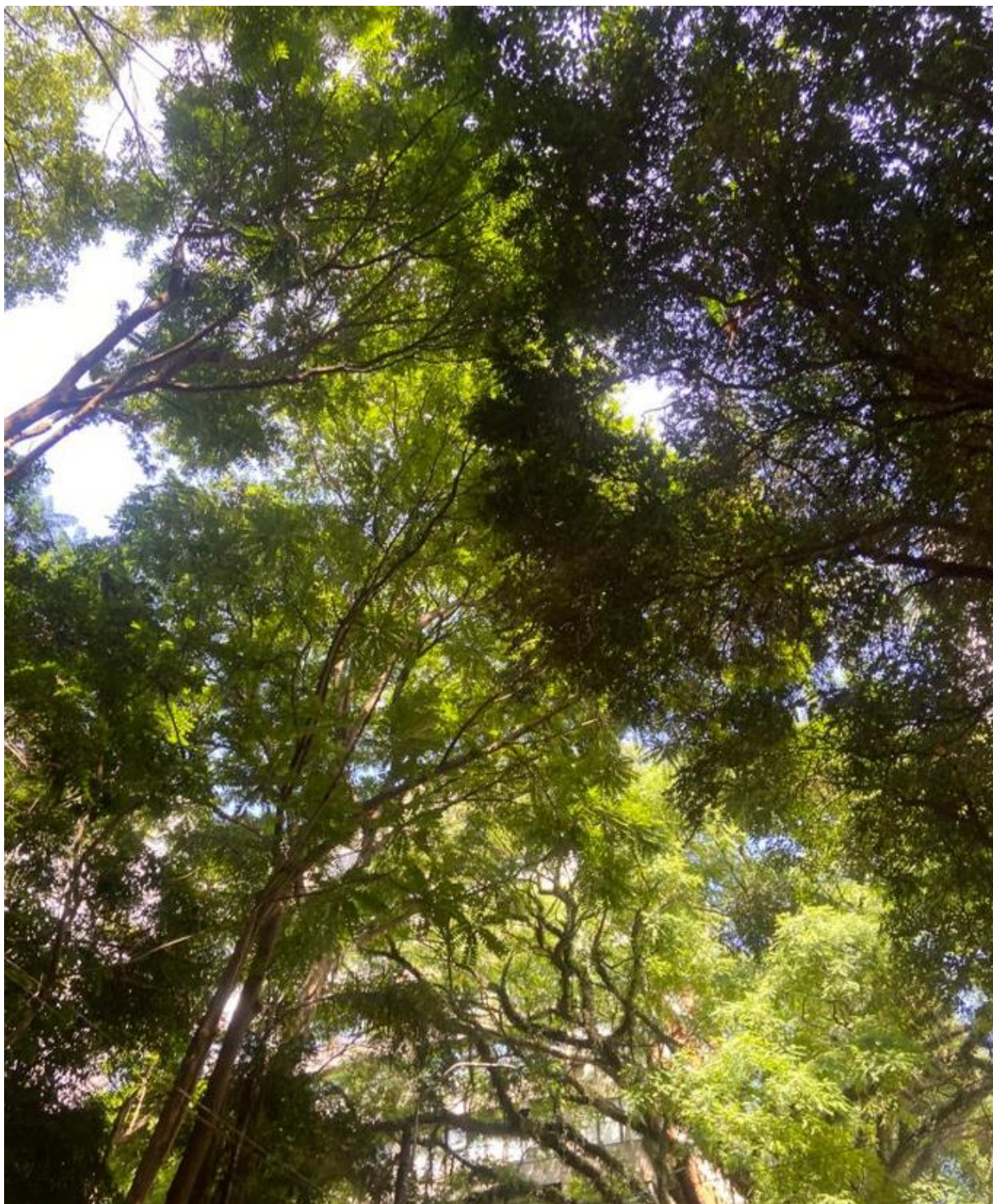
Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)